

**TÂMARA MÁRCIA DE MELO REZENDE**

**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – UFU**  
**SUA HISTÓRIA ENQUANTO INSTITUIÇÃO**  
**EDUCATIVA**  
**1977-1987.**

**UFU-2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

R467a Rezende, Tâmara Márcia de Melo, 1977-  
Assistência Judiciária – UFU sua história enquanto instituição educativa : 1977-1987 / Tâmara Márcia de Melo Rezende. - 2007.  
259 f. : il.

Orientador: Geraldo Inácio Filho.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Inclui bibliografia.

1. Educação - História - Teses. 2. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Direito. Núcleo de Assistência Judiciária - Teses. I. Inácio Filho, Geraldo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37(091)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

**TÂMARA MÁRCIA DE MELO REZENDE**

**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – UFU**  
**SUA HISTÓRIA ENQUANTO INSTITUIÇÃO**  
**EDUCATIVA**

**1977-1987.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Dr. Geraldo Inácio Filho.

**UFU-2006**



# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

## **Banca Examinadora**

Dr. Geraldo Inácio Filho – UFU

Dra. Maurides Batista de Macedo Filha - UFG

Dra. Sandra Cristina Fagundes Lima - UFU



# DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo José Júnior por sua determinação em colaborar, sua paciência ímpar e sua dedicação pertinaz. Aos meus pais e avós que sempre acreditaram nos meus sonhos ainda que eles parecessem distantes. Ao Tio Mauro e à Madrinha Miralice (in memoriam) por serem os mais admiráveis professores que tento ao menos imitar.





# AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Geraldo Inácio Filho que me orientou na execução deste trabalho, por repassar-me sua valorosa experiência e apoiar-me na execução deste trabalho.

Aos meus irmãos pelo companheirismo.

A todos os funcionários da Universidade Federal de Uberlândia que me auxiliaram na coleta de dados para essa pesquisa, os quais deixo de mencionar para evitar possíveis injustiças.

Aos demais professores do programa de Pós-graduação em Educação, especialmente da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação.

Aos colegas tão queridos da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do ano 2005.



***PARA SER GRANDE***

*Para ser grande, sê inteiro: nada*

*Teu exagera ou exclui.*

*Sê todo em cada coisa. Põe quanto és*

*No mínimo que fazes.*

*Assim em cada lago a lua toda*

*Brilha, porque alta vive.*

(Fernando Pessoa)



# RESUMO

Trata-se o presente estudo de resultado de nossa pesquisa acerca da história da instituição escolar denominada Assistência Judiciária – UFU, que a Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis” mantém desde 01 de setembro de 1969 como núcleo de formação teórica e prática dos graduandos em Direito. Apesar da existência de pesquisas e estudos histórico-educacionais acerca da Faculdade de Direito, inexistem qualquer referência à história da Assistência Judiciária. A periodização deve-se a riqueza e relevância dos fatos ocorridos no período compreendido entre 1977 e 1987. Partindo desta perspectiva, e encontrando considerável quantidade de documentos acerca deste período, iniciamos nossos trabalhos no sentido de levantar, catalogar e interpretar estes elementos reconstituidores da memória institucional. Para tanto optamos pelo método dos paradigmas indiciários de Carlo Ginzburg, por atender aos anseios na reconstrução historiográfica da entidade em estudo, partindo da interpretação conjunta de ‘mitos’, ‘emblemas’ e ‘sinais’ verificados em diferentes fontes, mas que se complementam na reconstrução da memória escolar. São fontes desse trabalho os documentos encontrados no arquivo geral e no centro de documentação histórica, coleção ‘Memória da UFU’, a Revista da Faculdade de Direito e o Arquivo Público Municipal, todos localizados na cidade de Uberlândia-Mg. A instituição em estudo ainda existe e encontra-se em funcionamento formando os bacharéis em Direito para as lides forenses, contudo encerramos nossa pesquisa em 1987 devido ao fato de que nesse ano inaugura-se um novo período em sua história que precisa ser analisado em um esforço próprio de pesquisa. A importância educacional e social de seu trabalho é flagrante, uma vez que têm formado ao longo de trinta e sete anos os profissionais da carreira jurídica, bem como servida a sociedade uberlandense com serviços jurídicos gratuitos.

Palavra-chave: Instituição – História - Judiciária



# ABSTRACT

The present study is result of our research concerning the history of the school institution called Judiciary Assistance (Assistência Judiciária) of Federal University of Uberlândia (Universidade Federal de Uberlândia) - UFU, supported for the Law School "Prof. Jacy de Assis" since September 1st 1969. The Judiciary Assistance works like a nucleus of theoretical and practical formation for Law students. Although the existence of research and description-educational studies concerning the Law school, any reference to the history of the Judiciary Assistance exists but there are important and interesting facts during the period between 1977 and 1987 that they are worth a deeper study. After reviewing a vast array of documents that portray this period, our work involved cataloguing and interpreting these elements of the institutional memory. For in such a way we opt by Carlo Ginzburg's paradigms method, that it considers a history study reconstruction, through of the joint interpretation of "myths", "emblems" and "signals" in different sources, but that they are complemented in the reconstruction of pertaining to a school memory. The data used for this work were founded in our own UFU Memory Center: General Archive and the Center of Historical Documentation and also in the Magazine of the Law School and the Uberlândia's city Public Archive. However the institution keeps its activities still; the analyzed period finishes in 1987 because after this time it had a big transformation and it would be necessary to study other areas. The educational and social importance of its work is clear because besides supporting students in their practical knowledge, the Judiciary Assistance also helps the Uberlândia citizens with free legal services.

Key – word: Institution - History - Judiciary





# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO I - O MÉTODO DO PARADIGMA INDICIÁRIO E A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
1. A HISTÓRIA CULTURAL E A MICRO HISTÓRIA.....	30
2. O MÉTODO DO PARADIGMA INDICIÁRIO.....	36
3. A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE INSTUIÇÕES ESCOLARES E O MÉTODO DO PARADIGMA INDICIÁRIO.....	40
4. O TRATO DAS FONTES .....	42
<b>CAPÍTULO II - A GÊNESE INSTITUCIONAL E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968.....</b>	<b>45</b>
1. A FACULDADE DE DIREITO.....	45
2. A GÊNESE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.....	53
3. O REGIME MILITAR IMPRIME SUAS MARCAS.....	55
4. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968.....	57
5. REPRODUZINDO O DISCURSO.....	59
<b>CAPÍTULO III - A VIRADA ACADÊMICA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA COMO INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>67</b>
1. O CORPO DOCENTE.....	69
2. OS DISCENTES.....	71
3. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	79
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>93</b>
<b>FONTES DE PESQUISA .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>103</b>



# **LISTA DE ABREVIATURAS**

1. ASJUD – Assistência Judiciária

2. GRTU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

3. IES – Instituições de Ensino Superior

4. INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

5. PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

6. UFU – Universidade Federal de Uberlândia

7. UNE – União Nacional do Estudantes.

8. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

9 – AI-5 – Ato institucional Cinco



# INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como tema “A Assistência Judiciária da Faculdade de Direito – UFU- Sua História como Instituição Educacional, 1977-1988”.

Trabalhando como professora orientadora de estágio na instituição acima, pude verificar a importância desta, na história do regional, seu pioneirismo no Triângulo Mineiro e paradoxalmente o descaso para com o estudo historiográfico e resgate da memória institucional.

As preocupações avultaram-se ao perceber que a documentação que revelavam indícios de sua história estavam ameaçadas pela ruína de seus arquivos onde a princípio acreditávamos que poderíamos encontrar-se.

Acreditamos que por meio do estudo historiográfico dessa entidade educacional pode ser possível recuperar a memória institucional e investigar possíveis motivos que de uma repercussão positiva na comunidade uberlandense e seu papel na formação dos acadêmicos de Direito da Universidade Federal de Uberlândia nos dez anos compreendidos nesse estudo.

Muito pouco tem sido feito acerca da história do Ensino de Direito no Brasil. E, pesquisar a história das instituições educacionais que se dedicam a formação do jurista contribui de maneira para compreensão da história regional, destacando importantes aspectos de sua vida social, política e, sobretudo, educacional.

É sabido que as carreiras denominadas liberais sempre foram buscadas como forma de ascensão social por aqueles que não faziam parte de famílias detentoras do poder econômico. Tanto é fato que, no Brasil dentre os primeiros cursos de graduação implantados foram as Faculdades de Direito. Tendo sido a primeira criada em 1827 e tiveram

como sede as cidades de São Paulo e Olinda, sendo que o último terminou sendo transferido para Recife.

A criação desses cursos correspondia ao pensamento e à necessidade da elite imperial de formar seus filhos na colônia para execução de cargos públicos e manutenção da ordem social vigente. Por isso, importou currículo adotado na formação jurídica portuguesa.

A administração desses cursos era atrelada ao poder central que determinava o modo de funcionamento, currículo, professores e até mesmo a bibliografia a ser pesquisada.

Após a proclamação de República foram editadas duas normas que aboliram do currículo jurídico o ensino de Direito Eclesiástico, sendo elas o Dec. 10.361 de 14/11/1890 e a segunda o Dec. 12.232H de 02/01/1891, que estabeleceu o ensino livre, ficando conhecida como reforma Benjamim Constat.

Com a reforma Francisco Campos, de 1931, surgiu um movimento no sentido de adaptar os cursos de Direito à realidade social, o que culminou com dicotomização do ensino jurídico, passando a existir o bacharelado para aqueles que pretendiam exercer carreiras jurídicas e o doutorado para aqueles que desejavam seguir a carreira docente.

Apenas com a LDB, de 1961, que surgiu a implantação do currículo mínimo dos cursos jurídicos, o que, entretanto, na prática não representou mudanças significativas.

A Resolução 03, de 25/02/1972, editada pelo Conselho Federal de Educação, tentou implantar um novo currículo mínimo que atendesse à realidade social e aproximasse o ensino das necessidades regionais.

O que há de mais importante nesta resolução é definição da Prática Forense com disciplina, sem, contudo, prever carga horária mínima. De qualquer forma significou um avanço para o ensino de direito, uma vez forçava as instituições de ensino a viabilizar a abordagem prática do conteúdo antes visto apenas sob a perspectiva teórica.

É neste contexto histórico, que no ano de 1969 na cidade de Uberlândia-MG é criada pela antiga Faculdade de Direito, especificamente pelo Prof. Jacy de Assis o **primeiro núcleo de prática jurídica da região**, denominado posteriormente de Assistência Judiciária (ASJUD), a fim de propiciar a prática forense ao alunado. Desenvolvendo de forma pioneira um trabalho que serviu mais tarde de modelo para criação de instituições congêneres no Triângulo Mineiro.

Podemos dividir a história desta instituição educacional em três momentos com características próprias no que se refere às práticas educacionais adotadas, senão vejamos:

**1969-1977-** primeiramente, sob coordenação da advogada Dinah F. Carvalho, sucedida pelo advogado Celso Queiroz. O estágio possuía **caráter pragmático**, objetivando exclusivamente a prática forense, através do ajuizamento de ações em benefício da população carente. Não existia qualquer preocupação de ordem didática ou reflexões acerca das práticas educacionais adotadas.

**1977-1987-** sob coordenação da Prof. Dra. Maria Djanira Radamés de Sá. Surgiu então a preocupação com a finalidade didática do estágio supervisionado, e Faculdade de Direito, já integrada à UFU, passou a destinar professores para exercer a função de orientadores, antes exercida por advogados que não seguiam a carreira docente. Este período foi marcado por grandes inovações no campo das práticas educacionais e pelo sucesso destas. O graduando em direito passou a ser encaminhado ao estágio que englobava o atendimento aos clientes, ajuizamentos de ações, pesquisa e desenvolvimentos de peças processuais de excelência, participação em audiências, avaliação, debates e exposições teóricas.

É com fundamento nessa divisão que determinamos nosso recorte temporal, cujo período estudado inicia-se em 1977 tendo motivação o caráter acadêmico que era impresso nas atividades da ASJUD pela a nova direção e encerrou-se em 1987 com a mudança na administração da Universidade que influenciou sobremaneira nos rumos da instituição.

O MEC nos de 1980 criou uma comissão de especialistas<sup>s</sup> em ensino jurídico para discutir alternativas e providências concretas para diminuir as deficiências na

formação dos operadores do direito no país. E, nos anos de 1990, pressionado pela Ordem dos Advogados do Brasil, o MEC editou a portaria 1.886, em dezembro de 1994, que passou a promover inserção de conteúdos de formação fundamental, preocupados não só com a formação técnica, mas com a pesquisa, o aprendizado interdisciplinar e com a importância do estágio supervisionado, sob forma de núcleo de prática jurídica.

Neste ponto é fundamental fazer algumas considerações acerca do caráter didático e da importância do estágio supervisionado como forma de fixação do aprendizado teórico, vez que é por meio das atividades práticas que o discente consegue materializar a teoria transmitida pelas disciplinas obrigatórias, permitindo a esses vivenciarem e avaliar as condutas reais que experimentará em sua futura carreira.

O estágio é a oportunidade de geração da identidade profissional do aluno é ali que ela será construída e dali buscará sua referência. O aprendizado passa focar-se no desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica. Desse modo, o teórico-prático deve estabelecer-se como ato crítico, percebendo que a quebra deste rompe com uma vivência racional e realista da profissão escolhida.

O estágio supervisionado possibilita que através da prática o estudante conheça a realidade social, os problemas advindos de seus conflitos e os meios para dirimi-los através da prestação jurisdicional ou da autocomposição.

Em um levantamento preliminar pudemos observar a existência de uma considerável quantidade de documentos produzidos pela instituição em estudo, referentes a matrícula de alunos, o desempenho dos mesmos, a relação de docentes que por ali passaram, atos administrativos, projetos de extensão universitária, reportagens jornalísticas produzidos durante os seus trinta e cinco anos de existência.

Seu destaque na sociedade uberlandense e na região, provavelmente se deve a sua forma de trabalho, que apesar de algumas variações durante sua história, privilegia o atendimento da população carente pelos estagiários que verificando a pertinência e a possibilidade de solução de litígios através do ajuizamento de ações, o faz sob a supervisão de professores orientadores que norteiam suas atividades desde a



exposição de conteúdos teóricos a produção de peças processuais, participação em audiências e produção científica.

Dessa forma seu trabalho se desdobra em duas frentes, a primeira de natureza acadêmica e outra em consequência da primeira, de natureza social, vez que termina por suprir, em parte, a deficiente assistência jurídica gratuita e por fim minimiza a existência de conflitos sociais de natureza civil e penal.

A pesquisa sistematizada da história da ASJUD possibilitou que por meio do conhecimento de fatos que a compõem, uma reflexão crítica acerca de suas atividades, prioritariamente o estágio, a pesquisa e extensão, propósito a que se destina, durante sua existência, sua evolução através dos anos, observando a qualidade destas sob diferentes aspectos, quais sejam acadêmico, abrangência social, práticas educacionais, carga horária, espaço físico dentre outros.

Nessa trilha, tivemos como preocupação, nortear nossos estudos, além de todo levantamento de dados, documental e descritivo da história instituição em tela, possibilitar reflexões interpretativas.

Apesar da existência de pesquisas e estudos histórico-educacionais acerca da Faculdade de Direito, inexistem qualquer referência à história da Assistência Judiciária.

Por tudo isso, urge fomentarmos discussões neste sentido para o enriquecimento das reflexões educacionais na região permitindo que através deste diálogo entre passado e presente possamos encontrar alternativas para o futuro ASJUD e de instituições análogas.

Desta maneira é objetivo desta pesquisa proceder a um levantamento da história da instituição em tela, verificando suas idéias e práticas educacional, propiciando uma análise interpretativa desta, paralelamente ao estágio supervisionado a que tem se proposto desde a sua criação. Para tanto elegemos os seguintes objetivos específicos:

a) Realizar levantamento documental e proceder a sua catalogação.

- b)** Descrever o processo histórico-educacional da instituição.
- c)** Descrever as práticas pedagógicas adotadas no decorrer do período investigado, avaliando suas dimensões e aplicabilidade no cotidiano escolar.
- d)** Avaliar através do estudo historiográfico qual a contribuição prática do estágio supervisionado oferecido dentro do lapso temporal de sua existência.
- e)** Compilar, descrever e interpretar todo material pesquisado, apontando com clareza sua história institucional, relevância educacional e social.
- f) Preparo da investigação:** Estudo bibliográfico, levantamento dados históricos e documentais.
- g) Descrição:** descrição dos fatos relevantes transcorridos desde a fundação da instituição pesquisada. Tendo como base os documentos levantados.
- h) Conhecimento do cotidiano escolar:** mapear as práticas pedagógicas adotadas na orientação do estágio supervisionado, trazendo à luz sua eficácia, credibilidade social, seu impacto no meio acadêmico, a qualidade do ensino oferecido e os reflexos do estágio na vida do egresso.
- i) Análise crítico-reflexiva:** observar e interpretar os fatos apurados, possibilitando reflexões acerca de sua utilidade pedagógica e social.
- j) Apresentação de resultados:** etapa final da pesquisa, na qual os resultados encontrados serão descritos e apresentados para debate na dissertação de mestrado concluída.

A pesquisa será eminentemente documental já que contamos com número razoável de documentos, especialmente de relatórios de atividade anual de todo o período pesquisado, conforme descrito na lista de documentos, levantados no Arquivo Geral da e Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia.

Conforme já salientado, a instituição em foco foi criada em 1969, trata-se, portanto, de 35 anos de existência sem registro sistemático de sua história.

Partindo desta perspectiva, e encontrando considerável quantidade de documentos acerca deste período, iniciamos nossos trabalhos no sentido de levantar, catalogar e interpretar estes elementos reconstituidores da memória institucional. Para tanto necessário se fez a opção teórico-metodológica a ser adotada.

Nesse sentido, pudemos conhecer e nos filiar ao método dos paradigmas indiciários de Carlo Ginzburg, por atender aos anseios na reconstrução historiográfica da entidade escolar pesquisada, conforme passaremos a demonstrar no decorrer deste estudo.

Desta forma, cabe ao pesquisador muito mais que ir às fontes, colher dados e descrevê-los é preciso dar voz aos elementos indiciários da realidade escolar no tempo em que é pesquisada, proporcionando a compreensão das representações da entidade educativa estudada no contexto sócio-cultural de sua época.

Este trabalho foi escrito em três capítulos sendo que no primeiro objetivou-se demonstrar a razão de nossa opção teórico metodológica e sua instrumentalização na coleta de dados que compõe esse trabalho.

Tendo optado pelo método do paradigma indiciário utilizamos da instrumentação disponível a partir do estudo micro-histórico, tendo por base o método já exposto passamos a escolha de quais documentos coletados seriam a fonte de pesquisa e como tratá-los.

No levantamento das fontes de pesquisa localizamos todos os relatórios de atividades da Assistência Judiciária UFU, produzidos anualmente dentro de nosso recorte temporal (1977-1987), hoje depositados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia, bem como localizamos correspondências, ofícios e diários de classe.

Resolvemos trabalhar como fonte principal os relatórios de atividade utilizando os demais documentos para confrontação e corroboração de dados existentes no primeiro. Nesse sentido, usamos também a revista do curso de direito muito embora, a imprensa não seja fonte ou meio de análise nessa pesquisa.

Durante o levantamento das fontes encontramos um grande número de fotos da instituição estudada, como não pretendemos fazer qualquer análise iconográfica, as catalogamos e compilamos à guisa de ilustração, tão somente.

No segundo capítulo a princípio buscamos resgatar um pouco da história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, observando o ideário que levou a sua criação na cidade, localizando-a na história local. Feito isso, passamos a demonstrar como surge a Assistência Judiciária não como um empreendimento cultural como pretendeu seus fundadores firmar em seus discursos, mas como fruto das diretrizes da Lei 5540/68, que pretendeu reformar o ensino superior no país. Não sendo a criação da Assistência Judiciária somente uma idéia empreendedora, mas também um ato político e ideológico, que atendia aos contatos estabelecidos entre a direção da Faculdade de Direito e o Governo Militar.

No terceiro capítulo passamos ao estudo da vivência interior da instituição escolar compreendendo suas práticas e seu cotidiano. Partindo desse universo micro observaremos que a partir do ano de 1978 a entidade estudada com a criação da Universidade Federal de Uberlândia recebe autonomia em face da Faculdade de Direito, passando a possuir direção própria, designação de professores, dotação orçamentária independente. Essa independência administrativa termina por estender-se às práticas educacionais adotadas.

Do estudo desses relatórios foi possível extrair importantes dados acerca da história institucional como o número de alunos ao longo dos anos, as disciplinas estudadas, as atividades acadêmicas desenvolvidas, quais disciplinas e atividades gozavam de maior prestígio entre os alunos, quais foram os professores e servidores ali lotados no período abordado.

# **CAPÍTULO I**

## **O MÉTODO DO PARADIGMA INDICIÁRIO E A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

Objetiva-se com este capítulo demonstrar o porquê de nossa opção teórico metodológica e sua instrumentalização na coleta de dados que compõe esse trabalho.

No início de nossas investigações no campo da história e historiografia da educação, especificamente, de instituições escolares, imediatamente nos deparamos com dificuldades já conhecidas dos pesquisadores da área, qual seja, reconstruir o cenário e o cotidiano de uma instituição, cuja, existência, data de tempos mais remotos e cuja documentação muitas vezes encontra-se danificada, escassa ou inexistente.

Isto posto, se nos apresentava o desafio de partir, muitas vezes, de parca documentação, necessitando buscar fontes subsidiárias, não diretamente o arquivo da entidade em estudo, mas indícios de sua história na sociedade que abriga ou abrigava, na imprensa, arquivos públicos, pessoais, história oral.

Nosso estudo trata propriamente da investigação da história da Assistência Judiciária UFU, instituição educacional, criada pela Faculdade de Direito, no ano de 1969, com objetivo de propiciar aos alunos formação prática, por meio de atendimento a população local sob a supervisão de professores orientadores. Trata-se, portanto, de 35 anos de existência sem registro sistemático de sua história, embora

existissem documentos que registraram seu cotidiano ao longo do tempo, os mesmos encontravam-se desorganizados.

Partindo desta perspectiva, e encontrando considerável quantidade de documentos acerca deste período, iniciamos nossos trabalhos no sentido de levantar, catalogar e interpretar estes elementos reconstituidores da memória institucional. Para tanto, faz-se necessário a opção teórico-metodológica a ser adotada.

Nessa trilha, pudemos conhecer e nos filiar ao método dos paradigmas indiciários de Carlo Ginzburg, por atender aos anseios na reconstrução historiográfica da entidade escolar pesquisada, conforme passaremos a demonstrar no decorrer deste estudo.

## **1. A HISTÓRIA CULTURAL E A MICRO HISTÓRIA**

Nos anos 1980, um grupo de historiadores italianos desempenhou relevante papel por questionar, principalmente, uma história de cunho macro social tradicional. Este debate envolveu os modelos da vertente historiográfica francesa e da historiografia social neo-marxista inglesa. Derivando desta discussão a uma nova vertente denominada “micro-história”.

As propostas de mudanças lançadas por estes historiadores incrementaram um novo método de investigação, baseado em referências teóricas variadas com possibilidades de leitura do social mais ampliada, com a valorização das representações sociais por meio de sinais que traduzem significados a serem interpretados pelo historiador na reconstrução de uma época. As representações construídas na História que se expressam por imagens e discursos são portadores de significados outros que aqueles que, aparentemente, se dão a ver e a ler. (PESAVENTO,1997 p. 211).

A estrutura de idéias que vai dar origem à Nova História Cultural está fortemente ligado ao surgimento em território francês, no final da década de 20 do século XX, de uma inovadora forma de se refletir as questões historiográficas, identificada como História das Mentalidades.

Essa nova perspectiva de se interpretar os fatos históricos, almejava fugir da história historicizante: uma história que se furtava ao diálogo com as demais Ciências Humanas, a antropologia, a psicologia, a lingüística, a geografia, a economia, e, sobretudo, a sociologia.

Segundo VAINFAS (2002, p. 17):

Uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença da concepção marxista da história. Uma história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação.

Muitas críticas surgem em desfavor dos defensores da História das Mentalidades. A argumentação é de que a História das Mentalidades torna multi-fragmentado o seu objeto de estudo. Ou seja, "a chamada História das Mentalidades abriu-se de tal modo a outros saberes e questionamentos que, no limite, pôs em risco a própria legitimidade da disciplina", conforme assevera VAINFAS (Idem, p. 55/56).

A História das Mentalidades termina por refugiar-se na chamada Nova História Cultural. Segundo PESAVENTO (2004, p. 14/15), na Nova História Cultural:

Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero refluxo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da belle époque, que entendia a literatura e, por extensão, a cultura, como o sorriso da sociedade, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito.

A Nova História Cultural traz novas ferramentas para o trato do objeto de pesquisa e especialmente modifica a forma da história tratar a cultura. Ainda segundo PESAVENTO (Idem, p. 15):

Não mais como uma mera história do pensamento, onde estudava-se os grandes nomes de uma dada corrente ou escola. Mas, enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

A Nova História Cultural não nega a aproximação com as outras Ciências Humanas, admite o conceito de longa duração e aceita os temas do cotidiano. Conforme assegura VAINFAS (2002, p. 56):

Os historiadores da cultura (...), não chegam propriamente a negar a relevância dos estudos sobre o mental. Não recusam, pelo contrário, a aproximação com a antropologia e demais ciências humanas, admitem a longa duração e não rejeitam os temas das mentalidades e do cotidiano.

A Nova História Cultural traz a possibilidade de análises historiográficas que apresentem caminhos alternativos para a investigação histórica, diferentemente das abordagens tradicionais.

Um dos mais importantes e que, primeiramente, merece destaque é o italiano Carlo Ginzburg, que em 1976 lança uma obra ímpar da Nova História Cultural e da Micro-História também, intitulada "O queijo e os vermes". Nela, o autor discorre sobre um moleiro condenado como herege pela Inquisição Papal no século XVI. Podemos considerar essa obra uma obra-síntese, uma vez que foi nela que Ginzburg abandonou o conceito de mentalidades (as razões, já discutimos acima) e adotou o de cultura, definindo-a como "o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas em um certo período histórico" (GINZBURG, 1986, p. 16).

A partir de então é possível recuperar o conflito de classes em uma dimensão sociocultural, deixando-se vislumbrar no campo das discussões teóricas aquilo que o historiador italiano chamou de circularidade cultural, conceito que se opõe ao velho paradigma cultura popular X cultura erudita.

Roger Chartier concorda com as discussões lançadas por Ginzburg por também rejeitar a divisão entre cultura popular X cultura erudita em favor de um foco mais abrangente, que, no limite, valoriza o dimensionamento da cultura em termos de classes sociais. Nesse sentido, ele propõe um conceito de cultura como prática, e sugere para seu estudo as categorias de representação e apropriação.

Segundo PESAVENTO (2004, p. 40):

Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma



ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.

Se o objetivo central do conceito de representação é trazer para o presente o ausente vivido e, dessa forma, poder interpretá-lo, o de apropriação, segundo Chartier (1990, p. 26), é "construir uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais" que são o social, o institucional e, sobretudo, o cultural.

O passado só chega aos dias atuais por meio das representações, dos mitos, emblemas e sinais. Afirma PESAVENTO abonando as idéias de Ginsburg e Chartier (2004, p. 42):

A rigor, o historiador [da cultura] lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele.

A Micro História termina sendo o ancoradouro do historiador da cultura, pelas possibilidades que ela apresenta. Segundo VAINFAS (2002, p. 68):

O surgimento da Micro-História (...) tem a ver, também, com a questão da crise do paradigma marxista e de outros modelos de história totalizante e com a solução das mentalidades, que cedo se mostrou inconsistente no plano estritamente teórico-metodológico.

Para melhor compreensão do ponto de vista metodológico, a Micro-História avança nas pesquisas historiográficas por rescindir com a prática baseada na retórica e na estética. O trabalho da micro-história tem se focado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação que possa dar voz a personagens que, de outra maneira, ficariam no esquecimento, como é o caso de Menochio, em o Queijo e os Vermes de Carlo Ginzburg.

Segundo LEVI (1992, p. 136), a micro-história possui, portanto, um papel muito importante dentro da chamada Nova História Cultural: "refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos."

O historiador de opção micro-histórica, sustentado pelos conceitos da Nova História Cultural, pode observar os acontecimentos, fatos que a historiografia

tradicional não observa e trazer à pesquisa dados que estavam esquecidos. Assim, sua análise é mais cuidadosa e justa. Segundo o pensamento de REZNICK (2002, p. 03):

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens (...), as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação — adaptação, resposta e criação — às normas que ultrapassam as comunidades locais.

É seguro afirmar, conforme LEVI (1992, p. 139), que "o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados", o que não aconteceria numa abordagem tradicional. A descrição micro-histórica serve para registrar uma série de acontecimentos ou fatos significativos que, de outra forma, seriam imperceptíveis e que, no entanto, podem ser interpretados por sua inserção num contexto mais amplo, ou seja, na trama do discurso cultural.

O primeiro estudo que aborda o debate micro-histórico dentro do grupo intitula-se "O nome e o como" de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, que se encontra no livro *Micro-história e outros ensaios*.

Os autores discutem a crise da história quantitativa e serial, os problemas da longa duração e a falta de uma análise qualitativa para o exercício da pesquisa histórica, arrazoando propostas de um novo direcionamento a favor das pesquisas micro analíticas em função das crescentes dúvidas sobre as pesquisas de cunho macro analíticas.

É o que se verifica da citação abaixo em que os autores nos convocam a análise do detalhe em face do contexto:

Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos a encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio condutor de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (GINZBURG & PONI, 1989 p. 173-174.)

Durante a gênese da micro análise, os focos desses historiadores convergiram para a “história vista de baixo”, proposta iniciada em 1966 por Edward Thompson para a leitura do movimento operário na Inglaterra do período industrial. A leitura proposta por Thompson teve grande influência nos trabalhos da História Social, uma vez que apresentou as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social.

A micro-história desdobra-se em duas frentes de análise histórica, voltando-se na pesquisa histórica ligada a uma discussão teórica e com referências na Antropologia Cultural e na experiência micro analítica diretamente relacionada com a elaboração do contexto histórico. Esta de maior interesse na reconstituição da história das instituições escolares como passaremos a demonstrar adiante. Assim:

a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. (GRENDI, 1998, p. 162).

LEVI, 1992, no estudo “Sobre a micro-história”, publicado na obra *A escrita da História* organizada por Peter Burke ao se referir a elementos que caracterizavam a micro-história, ele dispõe uma série de questões importantes:

Estas, então, são as questões e posições comuns que caracterizam a micro-história: a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo. (LEVI, 1992, p. 159)

A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (Idem, p. 157)

A última citação é fundamental para compreendermos o exercício de pesquisa micro-histórica e levanta uma discussão voltada para a variação da escala (relação entre parte e o todo), que constituiu uma nova perspectiva de abordagem do objeto, analisando a dimensão social, segundo uma rede de relações.

No Brasil, o tema micro-histórico é apresentado por Ronaldo Vainfas em *Micro-história: Os protagonistas anônimos da história*. Este livro esclarece algumas

questões neste campo, além de fornecer um resumo das principais obras da micro-história e sobre a micro-história, conforme demonstrado acima.

## **2. O MÉTODO DO PARADIGMA INDICIÁRIO**

Durante o trabalho sobre os benandanti, nos anos 60 do século XX, Ginzburg encontrou o processo de Menocchio e, dez anos depois, era publicada a história do moleiro friulano.

A história de Menocchio não é apenas um relato biográfico de um personagem curioso, embora ele seja também atípico. Para o historiador em estudo a análise do caso de um moleiro esquecido nos campos de uma Itália em luta contra o avanço protestante deu corpo a uma profunda reflexão sobre a escrita da história, seus obstáculos, desafios e probabilidades.

Para Ginzburg, as idéias do moleiro não podiam ser dissolvidas e encobertas no passado no que pudessem ter de original, ainda que sua decifração total e definitiva jamais poderá ser alcançada, optou pelo termo “cultura” em sua acepção antropológica: conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico.

Desta forma, Ginzburg com a sua proposta metodológica para a construção do conhecimento histórico, toma a liderança de um movimento contrário ao relativismo, vez que apresenta, para a produção do conhecimento histórico novos conceitos no modo de lidar com as fontes e ampliar a leitura dos objetos. A opção proposta direciona a abordagem do conhecimento histórico através do paradigma indiciário pode ser colocada como uma reação ao método tradicional da construção do conhecimento histórico.

É certa a ilação de que, com Ginzburg e com os demais historiadores da nova história cultural, a pesquisa apresentou mudanças no processo de utilização das fontes. Uma destas mudanças encontra-se no fato de que estas deixaram de ser abordadas apenas em seu caráter quantitativo, passando a dar-se mais ênfase ao seu caráter qualitativo, para tanto a observação do detalhe é sobremaneira relevante. É o que observamos na seguinte passagem: “Eu não queria detectar uma falsificação, mas sim

mostrar o que o hors-texte, o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar” (GINZBURG, 1989, p. 42).

“Deixar a fonte falar”, para Ginzburg, importa na utilização e no auxílio de disciplinas, como, por exemplo, a Arqueologia e a Semiótica, indispensáveis na interpretação das minúcias.

A história cultural tal como concebida por Carlo Ginzburg, minuciosa e interessada pelo detalhe e pelo contexto, pelas micro e pelas macro-questões que, articuladas, podem nos conduzir mais próximo do passado do objeto pesquisado.

Por meio da leitura de indícios, do particular, a história cultural nos faz correr o risco do relativismo histórico, mas, que, sem prescindir jamais das fontes, poderá nos autorizar alguns saltos ou vôos em benefício da história.

Na visão deste teórico, pode-se afirmar que sua leitura do conceito de cultura tem como resultado a proposta do conceito de *circularidade cultural*, que acrescenta uma peculiar relação entre cultura erudita e cultura popular. “Portanto, temos, por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularmente intenso na primeira metade do século XVI”. (GINZBURG, 1989, p. 20).

Verifica-se nos trabalhos do autor Carlo Ginzburg uma proposta da linha micro-histórica: através do interesse pelo detalhe revelador, pelo estudo morfológico, pela articulação destes detalhes com o todo e pelo uso que faz da variação da escala na história.

O processo de análise histórica do paradigma indiciário demonstra como ele debruçou-se por longo tempo, nas diversas disciplinas que se utilizam do manejo desta metodologia como ferramenta de trabalho. “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente”. (GINZBURG, 1989, p. 152).

O pesquisador em análise demonstra que nos séculos XVII, XVIII e XIX que várias foram as avaliações e definições dos parâmetros de validade dos métodos científicos e dos métodos voltados para a particularidade do objeto com base nas

experiências. Para esse período ele fez um levantamento das áreas e temas que buscavam nas análises indiciárias (por exemplo, a pintura, a literatura, o romance policial, a psicanálise e o método morelliano) a utilização e os procedimentos desse modelo morfológico.

O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico. Trata-se, como é claro, de adjetivos não-sinônimos, que, no entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave. (GINZBURG,1989, p. 170).

A justificativa para a utilização do método indiciário como ferramenta para recomposição histórica é admissão da inviabilidade de um conhecimento direto, levando-se sempre em consideração que a realidade se mostra opaca; porém, ela também é possuidora de “zonas privilegiadas”, e, a partir dessa constatação, pode-se realizar a apreensão do conhecimento.

A produção do conhecimento histórico se torna viável, segundo Ginzburg, a partir do momento em que o objeto de análise histórica encontra-se dentro de uma temporalidade, e o historiador só pode apreender o objeto em função de sua particularidade.

O que, aliás, corrobora uma das mais importantes afirmações de **MAGALHÃES**, 1999:

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente, estruturando uma abordagem multidimensional seja nos planos macro, meso ou micro-histórico, em si próprios seja articulando-os de forma operacional, tende a estabelecer-se através duma dialética racional convergência/divergência, orientando-se numa pluralidade de sentidos. Uma relação comunicativa e interactiva, cujo questionamento, operando-se por uma reconceptualização do local, do regional e do nacional/universal, não deixa de implicar um redirecionamento dos planos espaço-temporais. É este redirecionamento que vem vindo a proporcionar uma valorização das abordagens de tipo meso, privilegiando o seu grau de representatividade face à relação educativa enquanto totalidade.

O pesquisador que tenha como pretensão a leitura de seu objeto e se deparar com o problema dessa escassez documental além de se deparar também com a realidade de que estas fontes são escritas por indivíduos ligados à cultura dominante. Propõe Ginzburg que os termos do problema mudam de forma radical ante a proposta de

estudar não a cultura produzida pelas classes populares, e sim a cultura imposta às classes populares.

Em “*O queijo e os vermes*” o autor apresenta elementos que serão investigados e mapeados para o aprofundamento da reconstituição da identidade do moleiro Domenico Scandella. Nele, encontramos dados de sua estrutura familiar como casamento, esposa e filhos, sua residência, seu trabalho e, conseqüentemente, dentro dessa rede que vai se configurando, o lugar social que ocupa. Devido à riqueza documental existente sobre essa interessante figura do século XVI, Ginzburg pôde realizar um exercício de pesquisa com excelentes perspectivas de reconstituição histórica.

Compreender a cosmogonia e as idéias de Menocchio como vimos anteriormente é, para o autor, tecer uma ponte de relações entre o personagem e o seu contexto, onde as suas idéias são reconstituídas a partir do exercício de pesquisa detalhado sobre o cotidiano desse moleiro.

A utilização do conceito de *circularidade cultural* proporciona a chave para compreender precisamente a “representação cultural” de Menocchio. Depois de um intenso mapeamento do cotidiano e da formação intelectual. Da mesma forma, para nós é indispensável compreendermos a representação cultural da Faculdade de Direito para conhecermos o interior da instituição em estudo, qual seja a ASJUD-UFU.

O paradigma indiciário e o conceito de *circularidade cultural* delineiam a trajetória, a identidade do objeto e a sua compreensão dentro do momento histórico no qual está inserido em função da expressividade do seu universo cultural.

A coleta de dados e o exercício da pesquisa seguiram seu “fio condutor”, o paradigma indiciário. O uso da morfologia é constante, assim como a análise qualitativa. Sempre em função dos indícios que a documentação fornece, Ginzburg tece uma rede de dados e trabalha constantemente com a leitura das dimensões culturais, de acordo com os símbolos e pistas que proporcionam a leitura de seu objeto.

A utilização das concepções da micro-história e especialmente do paradigma indiciário, ora em análise, representa esta sofisticação na coleta de dados que

propicia ao pesquisador um trabalho cujo resultado apresenta-se mais próximo da realidade.

### **3. A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES E O MÉTODO DO PARADIGMA INDICIÁRIO.**

Na história da educação, especificamente na historia das instituições escolares, incide a preocupação de reconstruir a história de uma instituição educativa dentro de um contexto social com suas representações culturais, estabelecendo a ponte entre a micro e a macro análise em face da sociedade onde está inserida. Desta forma: “A produção historiográfica, enquanto construção e representação discursiva da realidade, visa o conhecimento da relação, ou melhor, das relações, num contexto de multidimensionalidade”. (MAGALHÃES, 1999, p.)

O resgate da memória escolar deve contribuir para toda a sociedade, especialmente, dentro do sistema educacional, não podendo o pesquisador ater-se a um olhar íntimo da entidade estudada, exaurindo-se em narrar toda a documentação levantada, sem lançar seu olhar para o reflexo das interpretações das fontes pesquisadas.

Aponta MAGALHÃES, 1998, p. 57, que:

A educação como processo multivectorial e continuado de (in)formação e desenvolvimento da pessoa, realiza-se através de uma interação “consciente” das questões humanas e sociais, numa permanente equilíbrio ambiental. Um processo cultural e de desenvolvimento que estando centrado na pessoa e construção pessoal, é todavia um projeto social

Estando a escola centrada no homem e tratando-se de uma entidade representativa da sociedade, a análise de sua existência não pode estar apegada a história historicizante, apenas a Nova História Cultural e o estudo Micro Histórico pode conseguir.

Ainda segundo MAGALHÃES (Idem, p. 58):

Os processos de escolarização são uma relação histórica entre uma instituição em debate e construção, com especificidade por um lado, as culturas, os públicos e as políticas, tomadas nas suas acepções conjecturais, mas também nas suas especificidades locais, por outro lado



e por fim os sujeitos e os agentes, suas práticas, expectativas, representações e apropriações.

E complementa acerca da questão metodológica do estudo das instituições escolares:

A história das instituições educativas, tomadas na sua pluridimensionalidade e numa lógica multimodal de espaço e de tempo, constitui um domínio de investigação sobre o qual permanecem grandes lacunas, uma vez que uma visão metodológica com vista à superação da historiografia de base cronista e memorialista, se apresenta em muito comprometida pela existência de fontes de informação. No plano metodológico, a focalização da instituição educativa a partir de uma meso-abordagem é uma via de confluência com outras ciências da educação, também voltadas para conversão da instituição educativa em objecto de investigação e acção. (Idem, p. 59)

Nesse sentido, o método do paradigma indiciário pode contribuir sobremaneira, uma vez que, seu apego ao detalhe revelador, sem deixar de estabelecer o diálogo entre a parte e o todo, salvaguarda o pesquisador de cair na armadilha da descrição positivista.

Assim, ainda que com documentação escassa ou muitas vezes danificada é possível reconstruir as representações culturais, a partir de sinais oferecidos por estas fontes, indicadores da relação da entidade escolar com a sociedade, sua contribuição para formação da cultura local.

O método em estudo e o conceito de *circularidade cultural* possibilitar o conhecimento da trajetória, a identidade da instituição escolar e a sua compreensão dentro do momento histórico em que figura.

Na recente obra “Tecendo Nexos: história das instituições educativas” Magalhães (2004, p. 101) leciona acerca da pesquisa em história e historiografia das instituições escolares:

A historiografia da educação, em particular a história das instituições educativas, compreende uma dialética entre: teorização - conceitualização; informação (teorias, relatos) – ação (realidade, práticas); discurso – narrativa. A narrativa historiográfica, para corresponder à realidade, não pode resumir-se a um relato de investigação, nem a uma modelização. O relato é interno ao processo de investigação a modelização é interna a uma comunidade de

investigadores, pelo que, em nenhuma dessas situações, o texto final constitui a representação e uma interpretação do objeto epistêmico dirigidas a um leitor.

Desta forma, cabe ao pesquisador muito mais que ir às fontes, colher dados e descrevê-los é preciso dar voz aos elementos indiciários da realidade escolar no tempo em que é pesquisada, proporcionando a compreensão das representações da entidade educativa estudada no contexto sócio-cultural de sua época.

## **5. O TRATO DAS FONTES**

Estabelecida a opção teórico metodológica, consciente da instrumentação disponível a partir do estudo micro-histórico, tendo por base o método do paradigma indiciário, se nos impôs um novo desafio, qual seja, escolher a fonte de pesquisa e como tratá-la.

Conforme observamos anteriormente, a História Cultural nos permite uma variedade maior de fontes, bem como maior flexibilidade em seu manejo, diferentemente do paradigma da historiografia tradicional.

No levantamento das fontes de pesquisa foi possível localizar todos os relatórios de atividades da Assistência Judiciária UFU, produzidos anualmente dentro de nosso recorte temporal (1977-1988), depositados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia, bem como localizamos correspondências, ofícios e diários de classe.

Ainda na fase de levantamento foi encontrado depositado no Centro de Documentação Histórica da UFU fotos de vários eventos do cotidiano escolar, correspondências e recortes de jornais da época.

Outra fonte da qual poderíamos lançar mão é história oral, visto que boa parte dos personagens envolvidos na vida da escola encontram-se vivos.

Contudo, incorríamos no risco do relativismo para tanto tivemos a cautela de optar pelos documentos oficiais produzidos pela instituição educativa objeto deste trabalho, pela riqueza de sinais que nos oferece e pelo grande número encontrado.

Pela utilização do paradigma indiciário pudemos fazer uma nova leitura dos mesmos e partir de então reconstruir a história institucional.

LEVI, 1992, afirma acerca da observação documental:

A micro-história como prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo de material documental.

Assim, essa análise possibilitará a revelação de fatores previamente não identificados e partir de então passar a conhecer o cotidiano da entidade escolar.

Ane-Marie Chartier, em “Um dispositivo sem autor”, publicado em 2002, p. 26 na Revista Brasileira de História da Educação, onde dispõe acerca de sua experiência na leitura de cadernos e fichários na escola primária e a partir daí a reconstrução do cotidiano escolar, informa:

(...) dispositivo não é uma categoria conceitual construtora de classes de objetos embutidos. Estudar realidades como dispositivos é interrogar-se sobre o valor de uso em contextos e conjunturas, Isto é, espaços e tempos muito diversamente delimitados. Considerando os cadernos como dispositivos, nós não procuramos especificá-los como manuscritos (...), nem o conteúdo de suas mensagens (...) o que de resto é necessário. Nós antes procuramos ver como esses utensílios ordinários funcionavam, o que permitiu ver que eles colocavam em relação aos atores (professores, profissionais contratados), saberes (as disciplinas escolares), instituições (escola primária e secundária), já que os alunos, escrevendo segundo os hábitos da classe, isto é, sob a injunção dos professores construíram essas relações. (CHARTIER, 2002, p. 26)

Da mesma forma, acreditamos que da análise dos relatórios anuais de atividades cuja elaboração obedecia a um formato padrão onde cada ente devia passar as informações que lhe competia conseguimos subtrair a história da Assistência Judiciária e seu cotidiano.

Da leitura dos sinais deste dispositivo sem autor e o cruzamento desses dados com o conteúdo de ofícios e outros documentos foi possível resgatar a memória institucional.



# CAPÍTULO II

## A GÊNESE INSTITUCIONAL E A REFORMA

### UNIVERSITÁRIA DE 1968

#### 1. A FACULDADE DE DIREITO.

Cidade de Uberlândia nos anos cinqüenta experimentava um flagrante crescimento em diferentes setores, especialmente no setor econômico, com a expansão no ramo comercial. Já se delineava a época a vocação para o mercado atacadista hoje consolidada.

A BR 050, a ferrovia e a malha rodoviária estadual culminaram também em um crescimento populacional cada vez mais notável. Abandona-se a idéia de tornar-se um pólo industrial e desenhava-se sua vocação para o comércio atacadista, afinal a localização geográfica privilegiava o escoamento de produtos para diferentes regiões do país.

Até a década de 1970 a constituição urbana caracterizava-se por uma simples complexidade funcional de seus centros urbanos, marcada por uma pequena articulação entre estes centros e pela ocorrência de padrões espaciais e arquitetônicos modestos. Porém Uberlândia oferecia vantagens que a fizeram alçar a sua inserção na economia nacional, a região está localizada no centro do eixo de circulações de mercadorias.

A implantação de uma economia de mercado, pela via do desenvolvimento comercial atacadista, ampliou o espaço econômico de acumulação, encaminhando para modernização, tanto na diversificação da economia regional, quanto no crescimento urbano, em razão do aumento demográfico.

Este desenvolvimento só foi possível a partir de investimentos em infraestrutura de transporte, telecomunicações, armazenagem, entre outros, que possibilitaram a prestação de serviços, traços que hoje caracterizam o perfil da cidade.

Com a transferência do Distrito Federal para o planalto central, com a edificação de Brasília a região passou por profundas mudanças no setor político, econômico, cultural e social, pois com as políticas de interiorização do país através da construção de rodovias e implantação de hidroelétricas, criam condições favoráveis para o desenvolvimento industrial e, além disso, possibilitam a efetiva ocupação do cerrado brasileiro.

O município de Uberlândia projetou-se à medida que se implantou a estrutura de apoio a produção e à distribuição das mercadorias produzidas, diversificaram as atividades prestadoras de serviços e, principalmente, aumentaram a oferta de empregos na área urbana, sendo capaz de absorver parte da mão-de-obra que migrou do campo para a cidade.

De outra parte, esse movimento alterou a lógica da sociedade local, antes agrária, cuja ascensão social se dava pelo acúmulo primitivo de capital, cria uma nova via de mobilidade social por meio da ocupação de cargos relevantes em empresas, mas para que isso acontecesse era necessária a formação profissional.

A camada econômica mais elevada da cidade enviava seus descendentes para estudar em grandes centros, entretanto, os filhos da classe média, que ocupariam a demanda crescente de mão-obra não tinham condições de propiciar estudos de nível superior.

Concluído os estudos secundários os pais que desejassem que seus filhos cursassem o ensino superior tinham que se deslocarem para concluírem sua formação acadêmica e nessa busca optava-se preferentemente pela formação jurídica, reproduzindo um modelo que data do Período Imperial Brasileiro.

O discurso de progressista está presentes em todos os setores da sociedade, especialmente, no discurso político, de que Uberlândia está fadada ao sucesso a

todo custo, ainda que fosse preciso ignorar as diferenças sociais. A educação passa a ser um dos meios “redentores” do indivíduo.

Os discursos de ordem e progresso, constituídos no seio da sociedade uberlandense, podem ser traduzidos nos grandes projetos políticos desenvolvimentistas que se identificam na prática pelas lutas por estradas, pela implantação de uma Universidade federal, pelo monopólio do sistema de comunicação da região, por sediar o maior centro atacadista e armazenador de grãos a nível nacional, entre outros (MACHADO, 2003, p. 27).

Tanto é fato que as primeiras faculdades instaladas em nossas terras foram os primeiro cursos de Direito criados por força da Lei de 11 de agosto de 1827 e tiveram como sede as cidades de São Paulo e Olinda, sendo que o último terminou sendo transferido para Recife.

A criação desses cursos correspondia ao pensamento e à necessidade dos representantes do Império de formar seus filhos na colônia para execução de cargos públicos e manutenção da ordem social vigente, por isso importou currículo adotado na formação jurídica portuguesa, fortemente dogmática.

A administração desses cursos era atrelada ao poder central que determinava o modo de funcionamento, currículo, professores e até mesmo a bibliografia a ser pesquisada.

Assim, a formação jurídica constituía um título quase imprescindível para os ocupantes dos podres legalmente instituídos, forma-se em Direito importava também na possibilidade de ascensão social.

Os motivos de natureza econômica atrelada aos interesses políticos impulsionaram a criação na antiga Uberabinha de uma instituição de ensino superior, para o que se valeu do poder de seus representantes no poder legislativo federal, como Rondon Pacheco figura decisiva na obtenção de autorização de funcionamento da Faculdade de Direito junto ao Ministério da Educação.

É válido dizer que a implantação da Faculdade de Direito não foi um ato visionário como muitos pretendem denominar, foi antes de qualquer coisa um projeto político. Não é incomum encontrarmos afirmações em documentos diversos que

demonstram que a Faculdade de Direito atendia aos interesses de iminentes personagens como veremos a seguir, que acreditavam que a instalação dessa escola na cidade os projetaria ainda mais no cenário político.

Atendendo a essas, aspirações no ano de 1959 Homero Santos e Jacy de Assis, representantes do judiciário local, lideraram o movimento para a criação de uma Faculdade de Direito ao que aderiram os nomes mais notáveis da economia e política uberlandense, cada um subscrevendo-se com a quantia de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para formação do capital social da instituição que pretendiam criar.

Encontra-se descrito na publicação de nº 11 da Revista da Faculdade de Direito do ano de 1980 que essa aspiração nasceu de uma conversa no bar do Fórum onde costumavam as figuras mais iminentes dos poderes instituídos: executivos, legislativos e judiciários reunirem-se para lanches em final de tarde. E em um encontro fortuito lançaram “idéia tão luminosa”. Senão vejamos a transcrição dessa passagem narrada pelo Prof. Geraldo de Carvalho, 1980, p. 361:

Surpreendido com o entusiasmo do idealista Homero Santos, Jacy considerou luminosa a idéia e dotados de verdadeiro espírito uberlandense de levar avante suas idéias **sem auxílio dos poderes públicos**, lançaram uma lista de subscritores a CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) (grifo nosso).

Inobstante a passagem grifada acima é evidente que o poder público muito contribuiu com a gênese da Faculdade e mais tarde com a criação da ASJUD, uma vez que os indivíduos envolvidos nessa demanda são reconhecidos por sua performance política.

Em uma quinzena alcançaram a dotação orçamentária desejada e ainda a doação de móveis e imóveis para iniciar o funcionamento da então denominada Instituição Uberlandense de Ensino, mantenedora da Escola de Direito, que passa a funcionar provisoriamente na Rua Duque de Caxias, nº 285(anexo 1)

Os subscritores das doações tornarem sócios fundadores, dentre eles encontram no estatuto da entidade: Antônio Luís Bastos, ex-professor e abastado comerciante, Messias Pedreiro, Milton Porto de Magalhães, membro da família Porto



proprietários do Liceu de Uberlândia, Nicomedes Alves dos Santos, Cyro Avelino Franco, Cyro Castro Almeida, dentre outros, Clarimundo Carneiro.

Sendo que este último doou um terreno no valor estimado de CR\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) na Rua Vasconcelos Costa e o Governador Bias Fortes, ordenou a seu secretário de finanças Tancredo Neves que doasse a escola em criação CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) em apólices estaduais.

A análise do estatuto da Instituição Uberlandense de Ensino em face do contexto social leva-nos a ilação de que a sua criação não foi um empreendimento cultural, nem mesmo uma atitude em prol da juventude concludente dos estudos secundários, tratava-se acima de tudo de um projeto político, resultado poder econômico amealhado pelas elites.

Poder econômico implica em poder político. Isso aliado à estratégica posição de Uberlândia dentro da geopolítica dos governos militares – e, conseqüentemente, inversões políticas do poder central na região – condiciona um elevado poder de barganha por parte das elites locais (MACHADO, 2003, p. 28).

Valendo-se exatamente desse poder que a autorização para funcionamento do curso contou com o apoio do Senador Rondon Pacheco que negociou junto ao Governo Federal a permissão para início de suas atividades, referenda pelo Decreto Federal nº 47.732 de fevereiro de 1960.

Antes disso, porém, foi necessário uma negociata política entre o diretor Jurandy Loddi e Rondon Pacheco, uma vez que o primeiro recusava-se terminantemente a autorizar o funcionamento de escolas superiores em Uberlândia sob alegação de havia instituições congêneres na cidade de Uberaba-Mg, segundo descrito na Revista do Curso de Direito, nº 14, ano de 1985.

Importante assinalar que à época a Sociedade de Engenheiros químicos e Agrônomos de Uberlândia, representada por Paulo Teixeira diligenciou diversas vezes junto aos poderes competentes com a finalidade de obter autorização para instalação da Escola de Engenharia, que só foi possível pela negociação entre Jurandy Loddi e o Deputado Rondon Pacheco, uma vez que uma dessas visitas ao gabinete do Conselho

Superior de Ensino presentes estavam, também, Jacy de Assis e Rondon Pacheco em busca alcançar a tão almejada autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito.

Acerca desses acontecimentos encontra-se descrito na Revista da Faculdade de Direito, nº14 (1), 1985, p. 360:

Depois de ouvir dos interessados uma série de motivos e o apelo patriótico e elevado espírito de cooperação com a expansão do ensino superior no País, característica de S. Excia., o Dr. Jurandir Loddi voltou-se e disse: **“pois bem, darei a autorização pedida, se o Dr. Rondon Pacheco, aqui presente conseguir uma emenda ao projeto enviado em mensagem ao Senhor Presidente da República, ao congresso nacional, criando escolas de engenharia em Santa Maria e outros municípios, adicionando a de Uberlândia como é de meu desejo”**. (grifo nosso)

Denota-se o esforço político envolvido nesse processo pela leitura do parecer de nº 262 que culmina no reconhecimento do curso no ano de 1963, onde encontramos a seguinte manifestação do parecerista: “O Ministro Gustavo Capanema, o Ministro Santiago Dantas e nós, tivemos a oportunidade de examinar in loco a Faculdade e deixamos registrada nossa agradável impressão sobre suas condições de funcionamento”.

Permeava o imaginário coletivo um “espírito ufanista”, incentivado pelos que detinham o poder, que adotavam o discurso nacionalista, no sentido de garantir seu esforço na construção e manutenção do ideário liberal a que se filiavam, salvaguardando assim a formação de agentes reprodutores do sistema.

Esta perspectiva ideológica sustentou e sustenta até os dias de hoje que a criação da Faculdade de Direito foi tão somente “um maravilho empreendimento cultural” e que posteriormente responsabilizou-se pela criação da UFU.

A Faculdade de Direito queiram ou não as más e ferinas línguas, foi a pedra fundamental, o embrião da Universidade Federal de Uberlândia. Sem, ela, a Faculdade de Direito, que lançou a semente talvez não existisse a nossa Universidade (CARVALHO, 1980, p. 426).

Jacy de Assis assumiu a condição de diretor da instituição, a Vice Diretoria coube a Homero Santos então presidente da Câmara de Vereadores de Uberlândia, a secretaria foi entregue a Ciro de Castro Almeida.

A disciplinas que compunham o curso de Bacharelado em Direito foram estabelecidas de acordo com a legislação educacional vigente tendo como seus respectivos docentes titulares das mesmas, segundo a descrição do parecer 262/63, Proc. nº 103.130/62, assinado por Clóvis Salgado, relator e José Barreto Filho, Hélder Câmara e F.J.Maffei, que organizamos no seguinte quadro:

<b>QUADRO DE DISCIPLINAS E RESPECTIVOS DOCENTES</b>	
<b>Disciplina</b>	<b>Professor Titular</b>
Introdução a Ciência do Direito	Jacy de Assis
Economia Política	Washington Albino de Souza
Direito Romano	José Maria Othon Sidou
Teoria Geral do Estado	César Silveira
Direito Civil	Eduardo Brasileiro
Direito Civil	Aniceto Macheroni
Direito Civil	Luiz Gomes da Silva
Direito Judiciário Civil	Oswaldo Afonso Borges
Direito Judiciário Civil	João nascimento Godoy
Ciência das Finanças	Ranulfo Cunha
Direito Público Internacional	Fábio Teixeira Rodrigues Chaves
Direito Internacional Privado	Oswaldo Bernardes da Silva
Medicina Legal	Geraldo de Carvalho

Direito Comercial	José Eduardo de Siqueira Assis
Direito Comercial	Hélio Benício de Paiva
Direito Penal	Ciro Franco
Direito Penal	Homero Santos
Direito Constitucional	Sílvio Cerqueira Pereira
Direito do Trabalho	Gilberto de Oliveira Locômano
Direito Administrativo	Sérgio Oliveira Marques
Direito Judiciário Penal	João Gonzaga de Siqueira
Quadro 01, fonte: parecer 262/63, Proc. nº 103.130/62	

É possível observar que as disciplinas que compunham a grade curricular privilegiava a formação propedêutica, dogmática, rechaçando a formação humana e crítica do acadêmico, bem como não fazia parte do currículo disciplinas que objetivassem a formação prática do profissional, qual seja a obrigatoriedade de perfazer o estágio profissional o que mais tarde virá ser sanado pela criação da Assistência Judiciária foco de nossa pesquisas.

As aulas tiveram início no ano de 1960 e restou diplomada a primeira turma em 1964, cujos nomes dos formandos foram publicados na revista **Elite Magazine**, edição de maio-junho de 1964. O que reforça o discurso de que o Bacharel em Direito ganharia destaque na sociedade, ascensão e prestígio.

## **2. A GÊNESE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Após a graduação da segunda turma no ano de 1968, em primeiro de setembro de 1969 foi fundada a Assistência Judiciária com o propósito de sanar o problema da ausência de formação prática. (anexo 2)

Em seu berço a ASJUD não foi pensada como instituição de ensino como veio mais tarde transforma-se, a priori buscava-se atender as exigências da Lei 5.544 de 1968 que deu ensejo à Reforma Universitária, sendo um de seus objetivos privilegiar a formação profissional aliada a formação teórica.

Contudo, a direção da Faculdade de Direito, também, confere a criação deste órgão uma conotação diferenciada, cultivando um discurso progressista, atribuindo este fato a mais uma atitude visionária que vislumbra a formação de um profissional diferenciado que se destacaria no cenário nacional uma vez que dava um passo à frente de outras Faculdades de Direito.

Em 1969, mercê do idealismo do prof, Jacy de Assis e do trabalho pioneiro da Profa. Dinah Fernandes de Carvalho, nascia a ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, à época departamento ligada à FACULDADE DE DIREITO DE UBERLÂNDIA, desde sua criação e instalação, dois objetivos forma concebidos, quais sejam os de proporcionar aos acadêmicos de Direito a necessária vivência das lides forenses, ensejando sua formação profissionalização consciente, e suprir as necessidades da comunidade de escassos recursos financeiros, no sentido de possibilitar seu acesso a Justiça sem quaisquer ônus (Relatório de Atividades do ano de 1981). (anexo 11)

Outrossim, para a exata compreensão desse ideário amplamente divulgado do qual torna-se depositária a comunidade uberlandense é mister conhecermos o interior dessa instituição, seu microcosmos, a mecânica de seu funcionamento. É que demonstra inclusive algumas correspondências recebidas pela instituição onde autoridades louvavam a iniciativa de fundação da ASJUD (anexo 4).

As atividades da Assistência Judiciária iniciam-se em 01 de setembro de 1969, locado inicialmente a Av. João Pinheiro, 565, próximo à sede da Faculdade de Direito, contava com a colaboração da advogada Dinah F. de Carvalho e com o número de

apenas 05 (cinco) alunos, estudantes do 5º ano, devidamente inscritos como estagiários na Ordem dos Advogados do Brasil, conforme narrado pela mesma, por meio de relatório de atividades à direção em 18 de dezembro de 1969. (anexo 3).

Contando com a orientação de Dinah os estagiários propuseram 35 ações judiciais e foram resolvidos 36 conflitos amigavelmente em apenas quatro meses.

Todavia, essas atividades desenvolvidas não possuíam ainda qualquer cunho didático, a criação desta instituição não foi pensada pedagogicamente, a princípio visava atender a necessidade de formação profissional dos acadêmicos obedecendo às disposições da Lei 5544/68, motivo pelo qual o período compreendido entre 1969 e 1977 ainda não podemos denominar a Assistência Judiciária como instituição escolar ou educacional.

As atividades desenvolvidas na ASJUD no período supra, possuíam um caráter pragmático e consistiam basicamente em atendimento do público pelos alunos e confecção de peças processuais, ou seja, tratava-se apenas de que se denominava “prática forense”.

Da análise dos relatórios de atividade de 1969 a 1977 chega-se a essa ilação que atividades de caráter técnico possuíam maior foco, sem reflexões de natureza acadêmicas mais aprofundadas. Vejamos algumas avaliações de alunos:

Todas pessoas que nos procuraram foram convenientemente atendidas (...) é de se louvar o trabalho desenvolvido pelos citados alunos, que jamais mediram sacrifícios para atender com máximo de interesse aqueles que procuram a justiça através deste departamento.(relatório de atividade dos anos de 1969). (anexo 2)

Cumprir louvar o trabalho desenvolvido pelos referidos alunos, dedicados em servir com o máximo de interesse a todos quantos buscaram a parta da Assistência Judiciária (relatório de atividade dos anos de 1970).

Além destas ações, foram feitos por este departamento vários trabalhos de natureza extrajudiciais como minutas de escritura para reconhecimento de filho-ilegítimo, minuta para adoção, bem como atendidas 687 pessoas (relatório de atividade dos anos de 1974).

Avaliação: a estagiária teve um bom desempenho. É persistente, estudiosa e educada. Boa freqüência. Procurou da melhor forma possível dar solução aos casos sob sua responsabilidade (relatório de atividade dos anos de 1977). (anexo 5)

É evidente a priorização de características ligadas ao padrão de comportamento, na formação de um sujeito ordeiro e quanto a as atividades vemos descritas apenas atividades práticas, que embora fundamentais, devem possuir uma reflexão crítica, provocando o conhecimento e alcançado assim sua finalidade precípua.

Neste ponto é fundamental fazer alguns apontamentos acerca do caráter didático e da importância do estágio supervisionado como forma de fixação do aprendizado teórico, vez que é por meio da atividade práticas que o discente consegue materializar a teoria transmitida pelas disciplinas obrigatórias, permitindo a esses a experimentação e avaliação das condutas reais que experimentará em sua futura carreira.

O estágio é o local onde a identidade profissional do aluno é formada, construída, é onde o futuro profissional referenciará suas atitudes. Por isso, volta-se para o desenvolvimento de uma ação prática, reflexiva, crítica e planejada sistematicamente.

Assim, a identificação teoria-prática deve apresentar-se como ato e reflexão, no qual se demonstra que a prática é racional e necessária, mas, sem o abandono da teoria que confere respaldo para as ações do profissional.

Contudo, no período compreendido entre 1969 e 1977 os dirigentes da Assistência Judiciária não colocavam a reflexão do caráter acadêmico do estágio supervisionado, como explicita as citações acima, como norteador das atividades escolares.

As práticas educativas estavam presentes, contudo, na avaliação, o registro sistemático de atividades, na correção de trabalhos, etc. Tanto é fato que aproximadamente 10(dez) anos após sua criação vamos encontrar a ASJUD estruturada como escola como veremos no capítulo três desse trabalho.

### **3. DITADURA IMPRIME SUAS MARCAS.**

Compreender a criação da Assistência Judiciária no ano de 1969 passa obrigatoriamente pela análise do contexto político, especialmente o impacto do poder ditatorial instalado no país em um de seus momentos mais críticos.

A idéia de formação de uma instituição de formação prática dos acadêmicos de direito, sob a vigília de seus professores orientadores foi gestada mediante a Reforma Universitária pelo governo militar em 1968, cujos principais objetivos foram modernizar a universidade para o projeto econômico que pretendiam empreender, dentro de parâmetros de 'segurança' que a ditadura ambicionava para si e para os interesses do capital que representava.

Para alcançar a compreensão do real significado de uma reforma, é necessário mais que o simples o exame de documentos e da legislação:

O exame do debate sobre ensino superior demanda que o investigador esteja atento não apenas àquilo que aparece oficialmente como projeto (...) mas observe também como o discurso vai sendo gestado e identifique as forças que interferem na sua elaboração (VIEIRA, 1991, p.148).

A pesquisa histórica aplicada à educação só faz sentido quando capta o significado de certos eventos como parte de uma totalidade, de uma realidade concreta (FÁVERO, 1980, p.07).

Estas perspectivas orientarão a análise desenvolvida neste capítulo, da mudança de discurso e de concepções sobre universidade no Brasil no período da ditadura militar, por meio da Lei 5.540/68 e a influência desse ideário na formação da Assistência Judiciária UFU, demonstrado que essa não foi apenas uma idéia empreendedora, mas um ato político e ideológico, que atendia aos contatos estabelecidos entre a direção da Faculdade de Direito e o governo militar.

Tal medida foi ao encontro de uma demanda interiorana, que os elaboradores da política educacional preferiram manter dispersas nas pequenas cidades submetidas ao controle social da oligarquia local, do que expostas a influências desconhecidas ou simplesmente temidas nas residências universitárias das cidades maiores e das capitais. (CUNHA, 1991, p. 58).

A ASJUD, portanto, é criada visando dar formação prática em um momento que o governo militar pretendia garantir formação profissional ligada à pesquisa e extensão, preferentemente no interior do país onde a oligarquia local encarregar-se-ia de controlar qualquer movimento 'inoportuno'. Que no caso da Faculdade de Direito e da ASJUD coincidia exatamente com seus membros, professores, diretores e coordenadores, visto que atendia a esses interesses.



### **3.1 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968.**

Nos anos 60, a efervescência das instituições de ensino superior acompanhava o clima político e econômico do país, a inflação, o custo de vida e a alta taxa de juros, dentre outros reflexos da política econômica, acenderão mobilizações em favor da expansão econômica e aumentavam a participação popular no plano político. A intensificação da mobilização popular, cujos movimentos fugiam ao controle até mesmo das entidades que pretendiam representá-las, produziu um movimento pelas chamadas 'Reformas de Base' (inclusive da Universidade), que exigia mudanças estruturais em diversos setores da sociedade e colocava em xeque o capitalismo (CUNHA, 1989:40).

De março a outubro de 1968 ocorre uma redefinição substancial dos objetivos e formas da luta política do movimento estudantil. Foram registradas no primeiro semestre cinquenta e seis manifestações antiditatoriais estudantis, mobilizando mais de trezentas mil pessoas garantindo maior força ao movimento estudantil.

Interessante ressaltar que a Ordem dos Advogados do Brasil no ano de 1964 apoiou o golpe militar, favorecendo a chegada de Castelo Branco ao poder, nessa época a liderança da referida instituição acreditava estar tomando a medida mais adequada contra a inflação crescente e impedindo a instalação do comunismo no país por meio do governo de João Golart.

Contudo, logo nos primeiros anos da ditadura a OAB revê sua postura diante do estado de exceção imposto pelos militares que dia a dia fortalecia o regime de forma autoritária e repressiva, em flagrante dano ao estado democrático de direito, a partir de então se posta ao lado da resistência ao governo militar.

Diante da crise instalada em todo país em 1968 tornou-se necessário para a manutenção do sistema o controle da formação intelectual, as influências, os valores políticos e as idéias anti ditatórias repassadas nas universidades. Emerge daí a necessidade de forjar novos valores como o civismo, a moral, o patriotismo e o senso de obediência. Era preciso recrudescer ainda mais o regime. Concede-se então a reforma universitária que conforme veremos buscava solucionar a crise.

A União Nacional dos Estudantes/UNE tinha a Reforma Universitária como primordial para a modernização do Brasil e suas reivindicações pautavam-se também em questões políticas: a reforma deveria colocar a Universidade a serviço da sociedade. Para tanto, pleiteando a democratização do acesso pela eliminação do exame vestibular e maior participação do discente nos órgãos diretivos, além da atualização da estrutura e do conteúdo acadêmicos como elemento indispensável ao desenvolvimento autônomo do país face à dependência econômica e cultural dos países desenvolvidos.

Para o Governo Militar, a educação estava vinculada à economia. Atribuindo grande peso ao planejamento, foi criado um ministério específico para: o ‘Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica’, que formulou ‘Plano de Ação Econômica do Governo’/PAEG (1964-1966) e consolidou o modelo de desenvolvimento pela internacionalização da economia e exigiu a reorganização da política estatal em todos os níveis. O sistema de ensino não fugia à regra e, a fim de reestruturá-lo, foi criado o ‘Setor de Educação’ no ‘Escritório de Pesquisa Econômica e Aplicada’/EPEA, que ‘deslocou’ o Conselho Federal de Educação da sua função de coordenar a política educacional. No PAEG a educação eram um item do plano de ação *econômica*, com relevância restrita à noção de produtividade e de item do desenvolvimento econômico e da modernização do país, oficialmente definida como Teoria do Capital Humano (CUNHA, 1988, p.)

Em meados de 1968 o Governo Militar criou o GTRU (Grupo de Trabalho da Reforma Universitária) para dar andamento jurídico às propostas de reforma. A bandeira da reforma passou a ser a indissociabilidade ensino e pesquisa em todas as instituições, base do modelo moderno, e a institucionalização da pós-graduação.

Também objetiva dentre outras coisas a extinção da cátedra; estabelecimento do regime de dedicação exclusiva; carreira docente elaborada segundo os graus e títulos acadêmicos; departamento como unidade administrativa; fim da justaposição de escolas para formação de Universidades; diversificação de carreiras; sistema de créditos.

A reforma foi institucionalizada pela Lei n.º 5.540 de 28/11/68, que declarava buscar, segundo os princípios modernos de indissociabilidade ensino e pesquisa

e universalidade do conhecimento, uma nova função da Universidade - contribuir na construção de um país desenvolvido e tecnologicamente autônomo.

O Estado assume o papel de norteador de políticas para a educação superior, que naquele momento desdobra-se em algumas frentes:

1. Assumiu diretamente o controle através de intervenções e patrulhamento ideológico de várias instituições;
2. Passou a orientar gastos e investimentos visando a expansão de vagas, financiamento de pesquisa;
3. Tentou formar uma rede de relações entre acadêmicos e o setor produtivo e entre Universidade e sociedade por meio de programas de extensão.

Controladas pelo Estado, as instituições de ensino superior foram alvo de duas políticas bastante a expansão pela ampla liberdade de atuação dada para o setor privado que, nos moldes do capitalismo, fez da educação superior negócio rentável, multiplicando o número de faculdades principalmente no interior do país, atendendo assim a duas medidas urgentes a interiorização do ensino superior e o controle ideológico dos alunos dessas faculdades e a modernização por meio do apoio estatal promoveu a implementação da pesquisa e da pós-graduação apenas em áreas consideradas prioritárias pelos militares.

#### **4. REPRODUZINDO O DISCURSO.**

A criação da Assistência Judiciária assim como a autorização do governo federal para o funcionamento de uma universidade de Uberlândia, no caso a junção das faculdades isoladas e a criação da Universidade de Uberlândia – UNU é a reprodução no contexto micro histórico do que se passa no cenário macro social.

É no cenário político desenvolvimentista que, na cidade, surgem as primeiras faculdades isoladas, particulares, de Ensino Superior. O Decreto lei 762, de agosto de 1969, autorizava o funcionamento de uma universidade em Uberlândia, como fundação de direito privado,

referenciado na reforma universitária, promovida pela ditadura militar, no ano anterior. A história da universidade está marcada desde o princípio pela forma como foi criada: “sem passar pelo Congresso nacional, sem ouvir o Conselho Federal de Educação, sancionada pela junta militar, com base no Ato institucional nº 16”. (MACHADO, 2003, p. 29).

O estado que não garante a todos os mesmos direitos e liberdades, onde graça a desigualdade social o discurso de que a educação sendo valorizada trará maiores oportunidades de ascensão social é vital. Em Uberlândia não foi diferente Assistência Judiciária, a Faculdade de Direito foram aclamadas como empreendimento cultural, como atitude visionária dos governantes locais e de seus criadores, atendia justamente ao interesse do governo militar, o então governo central.

O regime político excludente define um dos seus projetos de equalização social, produz um discurso de valorização da educação e transforma a política educacional numa estratégia de hegemonia, num veículo para obtenção de consenso. Mas isso não ocorre sem contradições, sem problemas, sem limites impostos pela realidade e pela correlação de forças sociais que se defrontam em defesa de seus interesses, numa palavra, sem luta. (GERMANO, 2005, p 104)

Assim a idéia de que a criação da ASJUD veio coroar o sucesso da Faculdade de Direito perpetuou-se no tempo, equivocadamente, ou melhor não é essa toda a verdade, contudo, encontra-se registrado em diferentes períodos, em fontes variadas, destacando sempre a figura do Prof. Jacy como um empreendedor destemido e comprometido com o bem estar social, uma vez que o ente em estudo fornecia a população de Uberlândia e região serviços jurídicos gratuitos, senão vejamos o conteúdo de parte do discurso do Prof. Geraldo de Carvalho em 18 de dezembro de 1980, quando pronunciou em homenagem ao 20 anos de sua criação da Faculdade de Direito:

Nesta noite a casa de Jacy de Assis, já de tantas tradições, dá por encerrada a sua atividade. Vinte anos se passaram! Foram vinte anos de luta e glória!. (Revista da Faculdade de Direito, nº 11, 1980, p. 361)

E arremata:

Ao longo do tempo se foram criando tradições que projetaram a escola, o seu nome, os seus professores, para fora das fronteiras de nosso país. Veio a Assistência Judiciária. A Revista. As duas maiores estrelas desta constelação extraordinária criada pelo gênio de Jacy de Assis, incansável lutador pela hegemonia do direito e pelo engrandecimento do advogado. Surgiu o estágio elogiado em todo Brasil (Revista da Faculdade de Direito, nº 11, 1980, p.361)

Encontramos no ofício de nº 547/69 enviado pelo secretário do Interior e Justiça João Frazen de Lima, datado de 14 de novembro de 1969, ao diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia, contendo felicitações pela colaboração prestada pela Assistência judiciária ao Governo do Estado:

Acusando recebimento do ofício de 27 de outubro último, agradece-lhe a gentileza da comunicação que me faz, louvando a iniciativa, que merece todos os aplausos. É, na verdade, magnífica colaboração com o Governo e, mais do que isso, notável empreendimento cultural em favor do Direito.

Não podemos afirmar de pronto que a direção da Faculdade apropriou-se da oportunidade da criação da Faculdade ou da ASJUD para angariar a simpatia popular e privilégio político, mas também não desconsideramos o contrário, já que resta claro pela documentação levantada até este instante, que os envolvidos na gênese deste dois institutos eram notadamente envolvidos no meio.

Afirma MAGALHÃES:

Esta focalização da análise ao nível das instituições educativas, enquanto entidades orgânicas e de relação, tem permitido de igual modo compreender e explicar toda a conflitualidade interna, ao nível da comunicação, da participação nas decisões e das relações e transmissão de poder no interior das instituições. (...) o desenvolvimento da própria gestão democrática pode contribuir para o fortalecimento de verdadeira “oligarquias” no interior das instituições educativas.(MAGALHÃES, 1999, p. 66)

Parece-nos mais acertada a compreensão de que a idéia cultivada na população de que a Faculdade de Direito e especialmente a ASJUD desenvolviam um trabalho que representava para comunidade como benfeitores, uma vez que o Estado não desempenhava a contento suas obrigações no que se refere ao acesso à justiça.

Não pretendemos de forma alguma rechaçar a importância dos fundadores desta instituição no desenvolvimento local, entretanto pretendemos alertar para o fato que acontecimentos tais não ocorrem de forma ingênua, esses personagens são os mesmos que exerciam o poder político na região, cultivando e massificando a idéia acima levantada. Trata-se também de um discurso populista na acepção Ginzburg:

Interessante observar as relações travadas por seus dirigentes/criadores e o governo do estado e da União. Neste particular encontramos alguns indícios reveladores no decorrer do levantamento documental de nossa pesquisa, senão vejamos, no ano de 1968 o Ministro da educação é paraninfo dos Bacharelados da 2ª turma da Faculdade de Direito, oportunidade que foi ciceroneado pelo prof. Jacy de Assis e pelos iminentes políticos locais à época. (anexo 6)

É preciso, porém, lembrarmos a biografia do ministro da educação à época análise. Assim podemos qualificar Jarbas Gonçalves Passarinho, acreano, nasceu no ano de 1920, militar, tornou-se Tenente Coronel aos 42 anos. Iniciou sua carreira política em 1964 por força do golpe militar, quando o presidente Castelo Branco o nomeia para o governo do estado do Pará. Além de governador Jarbas Passarinho ocupou o posto de Ministro do Trabalho, no ano 1967, Ministro da Educação em 1969, Ministro da Previdência e Assistência Social, no ano de 1983, e por fim, Ministro da Justiça em 1989. Além dessas atuações como ministro também atuou no Senado, sendo eleito senador da república duas vezes.

Apesar de ter ocupado vários ministérios do governo militar é mais conhecido com certeza pelas desastrosas medidas a frente do ministério da educação. Especialmente, a Reforma Universitária de 1968 que sob a bandeira da universidade de pesquisa e extensão buscou estabelecer o controle da união nacional dos estudantes, interiorizando a universidade para manter os acadêmicos sob a batuta das oligarquias locais, distantes dos grandes centros, dos movimentos sociais e principalmente das livrarias.

É exatamente nesse período que está em vigor o Ato Institucional nº 05, sem dúvida o de maior violência e desrespeito às liberdades públicas e individuais. Portador do discurso liberal, dá a Lei 5.540 de 1968 um tom progressista, justificando-a pela modernização da universidade brasileira.

A política educacional do Regime Militar vai se pautar ainda, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da chamada “teoria do capital humano”. Nesse sentido, tenta estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção. (GERMANO, 2005, p.105)

É celebre seu pronunciamento na reunião do Conselho de Segurança Nacional de dezembro de 1968, que da origem ao AI-5, oportunidade que abriu sua intervenção na reunião de 12/12/1968, nos seguintes termos:

"Senhor presidente, sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e creio que a todos os membros deste conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples. Mas me parece que claramente é esta que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso que o próprio ministro das Relações Exteriores quando diz que não sabe se o que restou caracterizaria nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial. Eu admitiria que ela é ditatorial, mas às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência. Quando nós encontramos a necessidade de tomar uma decisão fundamental, tudo aquilo que fundamental é em condições normais passa a ser secundário em condições anormais. Eu creio que nós estamos aqui pagando uma penitência, que foi a penitência da autolimitação que a revolução de março de 64 se impôs." (GASPARI, 2005)

A partir de então dão início a repressão contra a união nacional dos estudantes, empreendendo forte repressão e desrespeito à garantias e direitos individuais em busca de restabelecer a “ordem”. Nesse exato ponto a reforma universitária torna-se uma refinada arma de contenção das manifestações contra o regime.

O Ministro Jarbas Passarinho também alguns anos após profere aula magna para os graduandos de Direito, uma ocasião tradicional no curso de jurídico onde um respeitável nome do mundo acadêmico repassa seus conhecimentos e pesquisas em sua área de estudo.

O Ministro Jarbas Passarinho mantinha estreita ligação com a direção da Faculdade de Direito, bem como data dessa mesma época o título de Dr. *Honoris Causa* conferido ao General Costa e Silva, que vemos ao lado da direção da Faculdade de Direito em várias ocasiões. (anexo 7)

É, aliás, nesse contexto que é a Universidade de Uberlândia – UNU - é criada, conforme salientado acima, graças ao Ministro da Casa Civil de Costa e Silva: Rondon Pacheco, por meio do Ato Institucional nº 16, um dos fundadores da Faculdade de Direito.

Importante lembrar que a interiorização da universidade em nosso país foi muito importante para a manutenção da ditadura, uma vez que facilitava o controle

ideológico. A Faculdade de Direito e a ASJUD contribuíram muito nesse particular uma vez que a questão da disciplina, a figura do estudante modelo de ordem eram exaltados, o que certamente agradava muito aos militares.

Em um período histórico que a União Nacional dos Estudantes lançava-se pelas vias públicas pedindo respeito pelas garantias e liberdades individuais, pela restauração do estado democrático de direito observamos os alunos da Faculdade de Direito de Uberlândia desfilando enfileirados pelas ruas da cidade em parada cívica em comemoração a Independência da República.

Nessa ocasião um aluno exibia um cartaz que dizia “Símbolo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia – Na balança da justiça uma pequena causa pesa mais que o mais pesado livro da lei”. (anexo 8)

O bacharelado em direito e estagiário na Assistência Judiciária é colocado como modelo para toda a sociedade, modelo de ordem, submissão às leis e de devotamento a pátria.

O bacharelado em direito e estagiário na Assistência Judiciária é colocado como modelo para toda a sociedade, modelo de ordem, submissão às leis e de devotamento à pátria.

Para nós resta claro o fato de que a direção da Faculdade de Direito para alcançar seus objetivos, tais como verbas estatais e reconhecimento político, aproximava-se daqueles que detinham o poder, no caso os militares. Essa aproximação dava-se na medida que a oligarquia local servia aos interesses do governo, ou seja, havia uma “moeda” de troca.

A criação da ASJUD ao mesmo tempo atendia as determinações legais da Reforma Universitária, já que passou a ser o instituto de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito e zelava pela formação prática dos acadêmicos, e em contrapartida exercia o controle ideológico dos alunos que deveriam ser o exemplo de organização, dedicação e devotamento à pátria para a sociedade local.



A perspectiva em que se dá a criação da ASJUD e anteriormente da própria Faculdade de Direito, coaduna com os pressupostos da doutrina liberal, que consagrou em terra brasileiras o estudo, principalmente, o curso superior como forma de ascensão e libertação da sociedade.

A doutrina liberal consolidou na história do Brasil a crença de que a escola é a instituição responsável pelo progresso de uma comunidade, bem como pela posição social ocupada pelos indivíduos. À educação atribui-se o poder de transformar a sociedade. O resgate da cidadania, entendida aqui como o acesso a bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, se dá a partir da escola. Eis o discurso que ainda hoje prevalece. Pretende-se alterar a condição sócio-econômica dos indivíduos alterando sua formação cultural, sua conduta moral, alterando, enfim, a consciência dos indivíduos. Todavia, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência”. Ou ainda: as condições de existência determinam a consciência. (GALVÃO, 2006 n. 21, p. 166).

O liberalismo clássico é uma ideologia ou corrente do pensamento político e defende a maximização da liberdade individual mediante o exercício dos direitos e da lei. O liberalismo defende uma sociedade caracterizada pela livre iniciativa integrada num contexto definido. Tal contexto geralmente inclui um sistema de governo democrático o primado da lei, a liberdade de expressão e a livre concorrência econômica.

Por liberal toma-se aquele adepto do ideário do liberalismo, pautando em seus atos pelo não intervencionismo estatal, a liberdade individual pela livre iniciativa, pela propriedade privada e pelo estado democrático de direito.

A ditadura militar embora não primasse pela democracia adotava o discurso liberal na política econômica como forma de obter e manter o apoio da classe detentora do capital.

Quando estudamos os passos da administração da Faculdade de Direito, da ASJUD resta claro seu perfil liberal, tanto que faz a população local depositária do discurso de que a faculdade de direito é um monumento à cultura, uma forma de crescimento social, financeiro e político, inculcando no aluno da ASJUD de que deve ser o portador desse discurso, possuindo um comportamento emblemático em face da comunidade uberlandense.

Esclarece-nos SEVERINO acerca do verdadeiro papel da educação.

“O desafio essencial que a educação enfrenta é o de como preparar as novas gerações para o trabalho, para a vida social e para a cultura da subjetividade, sem degradá-las, sem submetê-las à opressão social ou aliená-las. Isso porque vivemos numa sociedade concreta, historicamente determinada, em que as relações de produção, as relações políticas e as simbolizações culturais são particularmente alienadoras”. (SEVERINO, 1994, p. 100)

É exatamente essa concepção de educação “salvadora” ou “regeneradora” da sociedade que vem imperando na região de Uberlândia-MG no que diz respeito a formação jurídica, especialmente na Faculdade de Direito.

A mentalidade predominante é de que o aluno que, além de galgar o status de graduando em direito pela Faculdade de Direito – UFU, conseguia, conseguiu ou que consegue perfazer sua formação prática na Assistência Judiciária, certamente possui maior chance de sobressair-se no mercado de trabalho.

Esse ideário satisfez aos objetivos da criação da ASJUD não só nos objetivos consagrados pela Lei 5.540 de 1968 como cumpriu com a meta do governo militar de controlar o movimento universitário, bem como consagrou seus gestores no cenário político local.

# CAPÍTULO III

## A VIRADA ACADÊMICA

Após consideramos os fatores internos e extensos que contribuíram para que a Faculdade de Direito criasse a Assistência Judiciária, cumpre-nos agora lançarmos os nossos olhares para o interior da instituição escolar compreendendo suas práticas e seu cotidiano.

Partindo desse universo micro e conscientes do contexto macro, observaremos que a partir do ano de 1978 a ASJUD com a criação da Universidade Federal de Uberlândia recebe autonomia em face da Faculdade de Direito, passando a possuir direção própria, designação de professores, dotação orçamentária independente.

Essa independência administrativa termina por estender-se às práticas educacionais adotadas uma vez que as atividades registradas nos relatórios de atividades de 1978 até o marco final de nossa pesquisa, 1988, demonstram a passagem de um período que primava pela prática forense pura e simples, sem reflexões pedagógicas, para um período de preocupação e consciência das práticas pedagógicas empreendidas.

Foram localizados e estudados todos os relatórios do período supramencionado bem como, os que antecedem esse recorte temporal, sendo que o primeiro data de 1969, ano da criação da instituição.

Por meio desses documentos é possível compreender um pouco do cotidiano escolar, para tanto, escolhemos três conceitos para serem estudados: docentes, discentes e práticas pedagógicas.

Tais relatórios não possuem um único autor, nem sequer um autor específico, trava-se em um primeiro momento de 1969 a 1980 de relatório datilografado e

encaminhado à direção da Faculdade de Direito (anexo) e que a partir de 1981, passa ser impresso graficamente em forma de uma caderneta que também era remetida a Direção. Sendo que, os originais encontram-se hoje arquivados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia – DIDOC.

Para tanto nos valem da experiência narrada por Anne-Marie Chartier no texto intitulado “**Um Dispositivo sem Autor**”, onde explica sua análise do cotidiano escolar a partir de cadernos e fichários na escola primária, por entendermos que os relatórios em estudo enquadram-se perfeitamente neste conceito de dispositivo sem autor e nas constatações possíveis pela sua observação.

Observando-se os cadernos dos alunos como dispositivos escriturais pôde-se constatar como neles se manifestavam solidariedades práticas entre elementos “heterogêneos” (saberes, autoridade, instituição, utensílios) para retomar a expressão de Foucault. Eles são bem dispositivos de controle, inseridos em estratégias de relações de forças que sustentam tipos de saber e que são sustentadas por eles. (CHATIER, 2002, P. 23).

Pela observação dos tópicos que elegemos dentro da estrutura deste dispositivo que é o Relatório de Atividade compreendemos quem foram os alunos que cursavam o estágio na Assistência Judiciária, qual a composição e que eram os professores, advogados, e demais funcionários, suas relações com a Faculdade de Direito e que práticas e saberes eram sustentados pela instituição. Exatamente como narra a autora na citação acima.

Uma vez criados esses relatórios como forma de registro e controle da Assistência Judiciária, este se perpetuou no tempo, repetindo-se e aperfeiçoando-se já que “uma vez instituído um dispositivo é como uma máquina que funciona sozinha, ou melhor, que se faz funcionar sem pensar nisso”. (CHATIER, 2002, p. 23).

Todos esses relatórios possuem uma formatação básica que enfocam o registro dos alunos matriculados e suas frequências, a composição do corpo docente e administrativo, as atividades de estágio e pedagógicas executadas em cada semestre do ano relatado. Daí nossa opção pelos conceitos acima.

## 1. A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA COMO INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

Conforme já salientado, efetivamos o recorte temporal desta pesquisa a partir das práticas pedagógicas adotadas. A documentação catalogada nos aponta, pelos motivos já expostos, que no ano de 1978 ocorrem mudanças significativas no cotidiano escolar, como passamos a demonstrar, o que se mantêm com a mesma configuração até 1987.

*A priori* precisamos retomar o conceito de instituição, especialmente a instituição educativa. O Dicionário de Ciências sociais da Fundação Getúlio Vargas nos informa que o termo instituição designa um elemento da vida social em que orientações de valor e interesses característicos concentrando-se em aspectos sociais importantes (por exemplo, educação, casamento, propriedade), geram formas características de interação social ou as acompanham. Seu uso acentua fenômenos sociais “importantes”, relações de “significância estrutural estratégica”. (1986, p. 6130).

Para Montesquieu na sociedade instituída reina uma ordem que permite aos indivíduos estabelecer previsões regulares, reconhecer os direitos e os deveres a que estão obrigados, uns em relação aos outros, ao mesmo tempo como cidadão e como indivíduos privados (burgueses). (BUDON & BORRICHAUD, 2000, p.300).

Desta forma, entre os sujeitos de uma instituição vigora um corpo de normas subliminares que os permitem agir de acordo com a ordem estabelecida. Uma vez que, é possível por meio dessas normas reconhecer os limites na convivência entre si. Nas instituições escolares isto se torna muito evidente, já que todas, senão a maioria possuem ou não um corpo de normas codificadas ou não para regulamentar a convivência entre a escola e a sociedade, entre funcionários, entre estes os discentes, entre docentes e discente.

Quanto mais reiteradas são regras institucionais mais fortes elas se tornam, sendo que quanto maior a coercitividade tanto maior será sua erradicação no imaginário dos indivíduos que a formam, bem como na sociedade onde ela existe.

A instituição social possui algumas características fundamentais, como a exterioridade, objetividade, a coercitividade, a autoridade moral e a historicidade. (BERGES & BERGER, 1981, p.193-199)

Assim, a instituição é algo que se situa fora do indivíduo, admitida por todos como real, histórica e que quanto maior sua autoridade moral imposta pela coercitividade de suas relações com indivíduo tanto maior será sua admissão pela sociedade que a abriga.

Pesquisar uma instituição é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e idéias educacionais. As políticas deixam suas marcas nas escolas. Assim, se bem realizadas as investigações sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia. (BUFFA, 2002, p. 25)

Estudar a história institucional e o cotidiano escolar é revelar particularidades da sociedade que a comporta, a movimentação política, os valores que a compõe, suas perspectivas em relação aos indivíduos.

Explica Magalhães:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, P. 02).

Se considerandos os fatos que levaram a instalação da Assistência Judiciária em Uberlândia é possível compreendermos a movimentação política de seus fundadores, suas relações com o poder estatal, e mais, é possível compreender porque o aluno do ente em estudo deveria ser modelo de submissão as leis, de indivíduo devotado à justiça.

Observamos no capítulo II a influência da Reforma Universitária de 1968 na gênese da instituição escolar em análise e o impacto da política do governo militar na formação de um indivíduo ordeiro e devotado ao Estado numa análise macro, observaremos agora, numa análise micro, como foi registrado nos relatórios de atividades como se desenrolava o cotidiano escolar, conhecendo seu corpo docente, sua estrutura administrativa, seus alunos e por fim as práticas pedagógicas ali executadas.

## 2. O CORPO DOCENTE

A ASJUD era composta, na ordem hierárquica, um coordenador de serviços de assistência judiciária, um diretor, professores lotados na instituição em estudo, professores de estágio lotados na Faculdade de Direito, advogados e equipe administrativa.

A configuração dos quadros de funcionários do ente em estudo a exemplo do que consta no relatório de atividades do ano de 1981, contava com vinte três profissionais, senão vejamos:

<b>QUADRO DE FUNCIONÁRIOS – 1981.</b>	
Coordenador de serviços de assistência judiciária	Jacy de Assis
Diretora	Djanira Maria Radamés de Sá Ribeiro
Professores lotados na instituição	Francisco Rodovalho de Souza Laury Cardoso Roberto Santana
Professores de estágio lotados na Faculdade de Direito, emprestados para a ASJUD.	Antônio Caixeta Ribeiro Jedor Pereira Baleeiro João Edson de Melo João Ivo da Fonseca Ferreira Nilvo de Oliveira Batista Paulo Batista Braga Walter Pereira
Advogados	Aloysio Ferreira Dóris Marly Ferreira Iolanda Velasco de Andrade Maria Leonor Diniz de Oliviera Oswaldo Lima Meneses Reiner Chafic Miguel
Equipe administrativa.	Edna Bruns Elcione Borges

	Elenice Fonseca Maria Helena Fonseca Sudária Dell'isola Melo
QUADRO 01- Funcionários da ASJUD – Fonte: Relatório de atividade de 1981. (anexo 11)	

Essa configura se mantém, verificamos nos demais relatórios a mesma a constituição do quadro de funcionário, com variação apenas no número de funcionários, vejamos a configuração do mesmo, no ano de 1985, segundo semestre:

<b>QUADRO DE FUNCIONÁRIOS – 1985, SEGUNDO SEMESTRE.</b>	
Coordenador de serviços de assistência judiciária	Jacy de Assis
Diretora	Djanira Maria Radamés de Sá Ribeiro
Professores lotados na instituição e advogados orientadores	Prof. Francisco Rodovalho de Souza Prof. Roberto Santana Aloysio Ferreira Dóris Marly Ferreira Helvécio Gomes Correia Maria Leonor Diniz Reiner Chafic Miguel
Professores do Curso de Estágio da Faculdade de Direito que prestavam colaboração a ASJUD	Antônio Caixeta Ribeiro Jedor Pereira Baleeiro Paulo Batista Braga Walter Pereira
Advogados	Iolanda Velasco de Andrade Oswaldo Lima Meneses Edinilza Macedo Neuza Bastos Santana
Equipe administrativa.	Edna Bruns Elcione Borges



	Elenice Fonseca Maria Helena Diniz de oliveira Sudária Dell'isola Melo
Informática Jurídica	Magna Carrijo Pereira
Projetos, Atualização Legislativa e Jurisprudencial.	Terezinha Aparecida Magalhães Lima
QUADRO 02- Funcionários da ASJUD – Fonte: Relatório de atividade de 1985, 2º semestre. (anexo 14)	

No segundo semestre do ano de 1985 temos ao todo 24 (vinte e quatro) funcionários, somando todas as funções, interessante notar como demonstra o Quadro 02 existe uma especialização de cargos, como ter responsável pelos projetos pesquisa, informática jurídica. Interessante destacar o aumento no número de professores em relação ao quadro 01.

Importante observarmos, a configuração do quadro de funcionários do primeiro semestre de 1986, essa especialização de cargos torna-se mais evidente, bem como, percebe-se que a instituição aumentava e alargava cada vez mais suas atividades, oferecendo aos alunos a oportunidade de conhecer deferentes tipos de processos administrativos e judiciais e paralelamente oferecendo à sociedade local diferentes serviços de natureza civil, administrativa, penal e trabalhista.

<b>QUADRO DE FUNCIONÁRIOS – 1986, PRIMEIRO SEMESTRE.</b>	
Coordenador de serviços de assistência judiciária	Jacy de Assis
Diretora	Djanira Maria Radamés de Sá Ribeiro
Orientação de alunos.	Prof. Francisco Rodovalho de Souza Prof. Roberto Santana Aloysio Ferreira Dóris Marly Ferreira Helvécio Gomes Correia Maria Leonor Diniz

	Reiner Chafic Miguel
Professores de estágio da Faculdade de Direito que prestavam colaboração a ASJUD	Jedor Pereira Baleeiro Paulo Batista Braga Walter Pereira
Atendimento a funcionários da UFU, confecção de alvarás de autorização, termos de guarda e dispensa de serviço militar.	Iolanda Velasco de Andrade Oswaldo Lima Meneses
Advogados da área cível e trabalhista	Edinilza Macedo Neuza Bastos Santana
Advogados da área penal	Reiner Chafic Miguel
Atualização legislativa e jurisprudencial	Rubens Valtecídes Alves Terezinha Aparecida Magalhães Lima Shirley Dias Xavier Gilberto Rolande Cunha Júnior Lúcia Maria Ribeiro Patrícia Pereira de Melo
Biblioteca	Edna Bunz Navarro
Equipe administrativa.	Elcione Borges Elenice Fonseca Maria Helena Diniz de oliveira Sudária Dell'isola Melo
Informática Jurídica	Magna Carrijo Pereira
Projetos, Atualização Legislativa e Jurisprudencial.	Terezinha Aparecida Magalhães Lima
QUADRO 03- Funcionários da ASJUD – Fonte: Relatório de atividade de 1986, 2º semestre. (anexo 15)	

Somam ao todo neste ano vinte e oito funcionários que acreditamos ter aumentado em relação ao quando 01 e 02 em razão do aumento de alunos como veremos a seguir no item 03 deste capítulo e a crescente procura da população dos serviços prestados pela ASJUD.

É preciso esclarecer a função de cada cargo descrito nos quadros acima. O coordenador dos serviços de Assistência judiciária era também o Diretor da Faculdade de Direito e exercia o controle geral das duas instituições. O diretor administrava os destinos da instituição, coordenava os professores, advogados e alunos. Os orientadores de estágio eram professores e advogados que supervisionavam as atividades práticas do estágio. Os professores de estágio eram professores da Faculdade de Direito que prestavam serviços na ASJUD onde ministravam aulas teóricas de diferentes temas, com enfoque maior á pratica processual.

Existiam ainda advogados que coordenavam a área cível, criminal, administrativa e trabalhista, sendo eles quem preparavam o aluno para audiências. A escola contava ainda com a execução de projetos de pesquisa e extensão para o que contava um funcionário competente. A atualização legislativa e jurisprudencial era feita diariamente pela leitura de revista, jornais e literatura específica por uma equipe especializada, essa atualização é fundamental par o bom andamento das ações ajuizadas, sendo o volume de leitura intenso.

Muito embora a ASJUD à época em estudo possuísse autonomia em face do Curso de Direito o coordenador de serviços de assistência judiciária possuía forte ligação com a direção desta, conforme percebemos nos quadro 01, 02 e 03, organizados hierarquicamente. Assim, mesmo inexistindo a subordinação jurídica existia uma subordinação tácita entre os dois institutos.

De outra parte, é necessário considerarmos que a atividade fim da ASJUD era a formação prática, pesquisa extensão, constituindo-se do caráter de disciplina, logo, é presumível que houvesse entre essa e a Faculdade de Direito uma similaridade de condutas administrativas, de outra forma as atividades escolares desenvolvidas na primeira não teriam logrado tamanho êxito no período pesquisado.

### **3. OS DISCENTES**

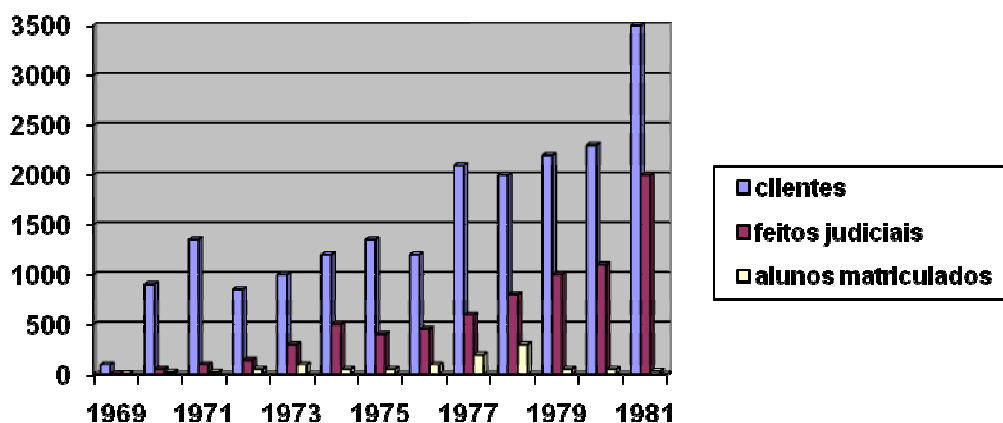
Os alunos que desejassem cursar o estágio supervisionado na ASJUD, e a maioria desejavam, eram submetidos a uma seleção que observava o histórico escolar do

candidato, seu currículo profissional, interesse e disponibilidade para o trabalho de aprendizagem a que se submeteriam.

Depois de aprovados agrupados em turmas nas quais atuavam os professores orientadores e advogados orientadores na condução do trabalho didático e supervisionando as atividades práticas, bem como os advogados prestavam auxílio aos alunos acerca da condução processual.

Cada orientador responsabilizava-se por um determinado número de alunos, variável a cada semestre, segundo percebe-se da análise dos relatórios investigados. Devendo cada aluno perfazer um total de mínimo de 200 (duzentas) horas, indício da p. 04 do Relatório de Atividade de 1981.

O número de clientes atendidos por aluno é crescente desde a sua criação até o marco inicial de nossa pesquisa se observamos o gráfico constante no relatório de atividades do ano 1981, página 11 (anexo 11). O que leva-nos a ilação que a escola vai ganhando prestígio na comunidade acadêmica e na sociedade uberlandense que passa a confiar seus litígios judiciais aos alunos da ASJUD. Vejamos o gráfico a seguir:



Diminuímos a escala do eixo vertical que, no original tem início em 100.

Nos primeiros relatórios pesquisados dentro do marco inicial desta pesquisa não encontramos a descrição de alunos por professores/orientadores, conforme esse dispositivo vai aperfeiçoando-se passa a fazer esse registro o que é muito importante

sobremaneira para história institucional, por permitir algumas conclusões importantes à cerca do ensino aprendizagem. É possível, por exemplo, assinalar que determinados alunos faziam o dobro ou mais de horas exigidas. O primeiro registro de professora/orientador – turma começa em 1984. Vejamos alguns desses registros na íntegra:

<b>QUADRO DEMOSTRATIVO DE ALUNOS POR ORIENTADOR E ATIVIDADES</b>						
<b>NOME</b>	<b>Hs/atendimento</b>	<b>Hs/Pesquisa</b>	<b>Hs/Reunião</b>	<b>Hs/Seminário</b>	<b>Hs/Audiência</b>	<b>Total</b>
Carlos H. P. Braga	128	36	24	24	12	282
Carmelita M. Araújo	128	00	20	22	70	176
Ciro Guerim	120	12	06	22	06	250
Clovis Silva neto	152	94	14	02	90	294
Cristiane Castro	52	12	10	14	32	88
Gilmar Freitas	88	24	08	18	00	138
Maria V. R. Terra	132	14	14	12	00	218
Milene A P Santos	128	94	28	22	46	236
Ronaldo B. Silva	108	28	24	14	54	182

QUADRO 04: Orientador/alunos. Fonte: Relatório de Atividade de 1985, primeiro semestre. (anexo )

O número de aluno por orientar era em geral dez, existindo alguma variações, contudo a menor turma que encontramos registradas foi de oito alunos. Um número bastante considerável dada à responsabilidade das atividades empreendidas.

<b>QUADRO DEMOSTRATIVO DE ALUNOS POR ORIENTADOR E ATIVIDADES</b>					
<b>NOME</b>	<b>Hs/atendimento</b>	<b>Hs/Pesquisa</b>	<b>Hs/Reunião</b>	<b>Hs/Extensão</b>	<b>Total</b>
Aloísio A Pinto	100	58	02	00	160
Anália V Faria	16	03	02	00	21
Antônio O Sobrinho	52	00	00	00	52
Edson Roberto Krull	48	20	10	00	70
Eunice Maria Brasiliense	103	70	00	00	173
Gilmar Freitas	104	00	10	20	134
Maria V. R. Terra	64	07	00	00	71

Izabel Sanches	48	24	02	00	74
Ronaldo B. Silva	32	00	00	00	32
QUADRO 05: Orientador/alunos. Fonte: Relatório de Atividade de 1986, primeiro semestre. (anexo 15)					

O aluno estagiário que depois de concluída suas horas de estágio em determinada área de sua escolha, poderia cursar o estágio em outras áreas. Assim se aluno cursou o estágio na área cível e trabalhista, poderia posteriormente cursar o estágio na área criminal, sendo que tal conduta acontecia com certa regularidade, sendo o registro no dispositivo em análise. Por exemplo, os alunos de Aloísio Alves Pinto, Gilmar Souza Freitas, Maria V R Terra e Ronaldo Braga Silva possuem suas matrículas e históricos de atividades registrados no Relatório de Atividade de 1985 p. 03 na área de concentração cível e trabalhista e no Relatório de Atividade do ano de 1986, p. 05 na área de concentração criminal.

Outro dado relevante é que os alunos apresentavam predileção pela área civil e trabalhista, observamos registradas em média quatro turmas desta área para uma turma na área criminal.

O aluno da Assistência Judiciária deveria ser modelo de obediência às leis, ser um cidadão ordeiro e devotado à moral. Sua conduta deveria ser representativa para os demais colegas do Curso de Direito e exemplo para sociedade.

A maioria dos estagiários da ASUJD conseguiam ao término do estágio que coincidia com o termino do curso importantes colocações no mercado trabalho, sendo que as maiores empresas da cidade viam a instituição como celeiro de mão de obra qualificada. Conforme informou a Diretora no período estudado.

De fato se compulsarmos os relatórios vamos encontrar matriculados inúmeros juízes, promotores de justiça, professores universitários e advogados muito respeitados na região nos dia de hoje.

## 4. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As atividades acadêmicas consistiam em aulas teóricas, processos judiciais simulados, atendimentos a casos reais, ajuizamento de ações, acompanhamento de ações, participação de audiência, elaboração de peças processuais, celebração de acordos extra judiciais, confecção de acordos.

Além dessas atividades os acadêmicos eram envolvidos em atividades de extensão universitária e no desenvolvimento de pesquisas científicas.

As áreas de concentração eram Direito Civil, Direito Penal, Direito do Trabalho e Direito Administrativo.

As atividades eram diversas e intensas, contando com participação de um número considerável de alunos e populares que buscavam os seus serviços. Durante o período que nos propomos a estudar a ASJUD chegou a patrocinar oitenta por cento das demandas judiciais da comarca de Uberlândia.

Permeava à época o discurso que tais práticas pedagógicas possuíam enorme eficácia na consecução das atividades, a Diretora no lapso temporal em foco, Prof. Djanira esclareceu-nos acerca do sucesso das mesmas, afirmando no relatório de atividades do ano de 1984 (anexo 13) que:

A Assistência Judiciária da Universidade Federal de Uberlândia tem sido considerada, a nível nacional, como **atividade modelo na área do ensino do Direito**, tendo servido como exemplo para criação de núcleos semelhantes em diversas instituições de ensino superior. **Os excelentes resultados obtidos na Assistência Judiciária, responsáveis pelo renome alcançado, deve-se, em grande parte, à linha pedagógica imprimidas**, qual seja a de centrar no aluno a atenção, desenvolvidas todas as atividades nesse sentido.(grifo nosso)

(...)

**Na Assistência Judiciária busca-se um caminho novo para o ensino jurídico**, apresentando-se o Direito não como um conjunto etéreo de institutos abstratos, mas com sistema de princípios racionais, inferidos de fatos concretos, para a real disciplina da convivência humana. (grifo nosso)

(...)

Segura de que o mundo moderno exige a profissionalização, a ASJUD permite a formação de bacharéis efetivamente habilitados ao exercício da profissão e ajustados às constantes e variadas necessidades do mercado de trabalho.

(...)

Adotando a vertente mais moderna do ensino jurídico, qual seja a da investigação prática, a ASJUD, além de proporcionar ao aluno o treinamento prático, observação do processo de aplicação do Direito, a criação da consciência das implicações desse processo, contribui ainda para reduzir o problema social do Direito, permitindo o acesso dos necessitados à justiça, sendo, desde 1969, a grande responsável pela distribuição da Justiça Gratuita em Uberlândia”.

Infere-se da leitura do pronunciamento acima a preocupação com as práticas pedagógicas no dia-a-dia da instituição, bem como, a crença de ser esta a melhor possível, digna de cópia por outras faculdades de Direito.

No primeiro parágrafo do discurso transcrito a Diretora afirma que os “excelentes” resultados alcançados na Assistência Judiciária pelo reconhecimento conquistado no meio acadêmico e na sociedade, deve ser atribuído à linha pedagógica adotada, que primava por centrar no aluno a atenção.

È primeira vez nos registros do dispositivo em foco que se utiliza uma expressão referente às práticas pedagógicas implementadas na escola, da mesma forma é primeira vez que se credita ao mérito dessas práticas o sucesso da instituição, exaltada no discurso como modelo.

Os alunos deviam perfazer duzentas horas de estágio na ASJUD para estarem aptos a sua formação de Bacharel em Direito, essas horas eram divididas em aulas teóricas, atendimentos práticos, acompanhamento de processo, confecção de peças processuais e participação em pesquisa e extensão, nos moldes já descritos. Os quadros 04 e 05, do item 03 deste capítulo, além de demonstrarem a quantidade de alunos por orientador, demonstram também as atividades que deveriam ser freqüentadas pelos alunos e a somatória das horas que efetivamente tiveram presentes e no final da tabela encontramos a somatória das horas.

Estes quadros só foram sistematizados conforme informamos no ano de 1984, antes desse período os alunos era listados independente das turmas que pertenciam,



ou seja, em conjunto global, e as horas atividades dispostas paralelamente, sem discriminação de quais eram as atividades freqüentadas. Enfim, é possível afirmar que com o passar do tempo a forma de registrar o cotidiano escolar nesse dispositivo vai se refinando, trazendo cada vez dados mais precisos da realidade da instituição.

Observa-se dos relatórios de atividade um padrão quanto à descrição das atividades desenvolvidas e de avaliação, contudo, se compararmos com os primeiros tempos torna-se claro a melhora desde a forma de encadernação até a forma como o conteúdo é exposto, a partir de 1981 os mesmos passaram serem preparados na gráfica e não mais reduzidos a termo por meio de datilografia. (anexo11-15)

De se ressaltar que a partir de então os relatórios eram publicados anualmente na Revista da Faculdade de Direito.

As práticas escalonadas nos quadros 04 e 05 são comuns a todos os registros de 1984 a 1988, sendo elas consultas (atendimento à população), pesquisa, reuniões de aprendizagem teórica, extensão e audiências. Eram realizadas ainda viagens de caráter educativo para diferentes Tribunais Estaduais e Federais. Existem outras práticas não elencadas, mas que são inerentes ao estágio de Direito, quais seja a confecção de peças processuais, acompanhamento processuais, redação de contratos e outros documentos.

É relevante para este estudo compreendermos cada uma dessas práticas pedagógicas e suas implicações no cotidiano escolar e na formação do aluno. Os alunos sob a supervisão de seus professores orientadores recebiam em determinados dias da semana indivíduos, membros da população local, para consultas (ou atendimentos), sendo que desses atendimentos poderiam resultar ações judiciais, acordos extrajudiciais ou na mera satisfação do cliente com a informação obtida. Nessa atividade o aluno podia exercitar o conhecimento teórico sendo estimulado a apresentar soluções aos casos reais que se lhe apresentavam. (anexo 17)

Para confecção de peças processuais que dariam início ao processo, ou peças para o regular andamento do mesmo, bem como para confecção de acordos extrajudiciais, contratos, alvarás o aluno contava com a figura do professor de estágio que

o amparava, orientava e fazia a correção das peças processuais concebidas, sendo que essa correção era bastante rigorosa com o objetivo de que os atos processuais praticados pelos alunos fossem dignos de nota pelo Poder Judiciário.

Os números de feito judiciais iniciados pelos alunos são bastante consideráveis, sendo que desde 1978 a 1988 temos um elevado número de ações propostas como o patrocínio da ASJUD. Observemos o quadro abaixo:

<b>QUADRO DEMOSTRATIVO DO NÚMERO DE AÇÃO/ANO</b>	
<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE AÇÕES PROPOSTAS</b>
1978	611
1979	787
1981	1230
1983	1656
1985	2601
1986	1392
1988	-
QUADRO 06, Fonte: Relatórios de Atividade 1978-1987	

Da análise por área desses números descobrimos que o maior número de demanda proposta são na área cível, especialmente no ramo do Direito de Família, seguido pela área criminal e por fim trabalhista. Contudo, área criminal e trabalhista apresenta uma variação de preferência nos últimos anos passando o número de demandas trabalhistas liderarem o número de demandas criminais. Números naturalmente influenciados pelo crescente desemprego pela política governamental no setor financeiro.

As reuniões tinham como objetivo ministrar aulas teóricas, receber palestrantes, realizar seminários (anexo 16). Por exemplo, no Relatório de Atividades do segundo semestre de 1986, p. 12 (anexo 14), encontra-se registrados as seguintes atividades nesse sentido:

1. Curso: Como estudar na Universidade  
Professor: David George Francis  
  
Participantes: estagiários, professores e advogados.  
  
Duração: 20 Horas
2. Palestra: “O Poder Judiciário na Superior Instância”  
Palestrante: Paulo Batista Braga

No Relatório de Atividades do primeiro semestre de 1985, p. 12 (anexo 14), encontra-se registrados as seguintes atividades nesses sentido:

1. Curso de Linguagem Forense  
12 horas-aula  
  
Professor: Aldon Taglialegna
2. O Perfil profissional do Ministério Público  
12 horas-aula  
  
Participação de vários professores.
3. Ciclo de estudos: Previdência Social  
10 horas-aula  
  
Convidada (INPS) Maria Magaly Emerim
4. Estudos sobre competência nas ações de acidentes de trabalho.  
Professor: Jedor Pereira Baleeiro.

No segundo semestre de 1985 restou registrado no Relatório de Atividades, p. 12 (anexo 14), o seguinte:

1. Curso especial para o 6º Período de Direito  
12 horas-aula  
  
Responsáveis: Monitores da ASJUD

2. A Escola Processual do Triângulo Mineiro  
Palestrante: Jacy de Assis.
3. Deontologia jurídica  
12 horas-aula  
  
Palestrantes João Edson de Melo e Tiago Adão Lara
4. Iniciação à pesquisa científica  
Professora Paulo Batista Braga
5. A universidade hoje.  
Palestrante: José Olímpio Freitas Azevedo.

Importante notar que os temas eram variados, observamos desde a presença de temas de interesse jurídico até reflexões ligadas a educação, a iniciação científica, questões de natureza política e ideologia a linguagem jurídica. Encontramos também os alunos preparando e proferindo palestras para alunos de períodos inferiores na Faculdade de Direito. De fato, a escola era bastante movimentada, envolvendo a presença de alunos professores, advogados da cidade, membro do poder judiciário, INPS, professores de outros institutos da Universidade.

Os seminários eram atividades intimamente ligadas às reuniões uma vez que poderiam ser os seminários preparados e expostos pelos alunos, bem como os alunos participavam como ouvintes em seminário proferidos por professores e convidados de diversas áreas do Direito.

A pesquisa e extensão são registradas sistematicamente nos relatórios de atividades a partir de 1984, muito embora encontremos indícios nos relatórios anteriores de essas práticas sempre fizeram parte do cotidiano da escola.

O Relatório de atividades de 1985, primeiro semestre, p. 12 (anexo 14), são consideradas atividades de extensão: integração ao projeto saúde escolar da Pró-reitoria Estudantil e de Extensão, cujo trabalho de campo foi realizado na Escola Estadual “Afrânio Rodrigues da Cunha”, do Bairro Jardim Brasília. No mesmo ano desenvolveram

o projeto chamado “Constituinte” junto também à Escola Estadual “Afrânio Rodrigues da Cunha”, do Bairro Jardim Brasília.

Já no Relatório de Atividades de 1986, 2º semestre, p. 12 (anexo 15) são consideradas atividades de extensão uma viagem à Brasília para visitar o Supremo Tribunal Federal de Recursos e Tribunal Superior do Trabalho como etapa final do projeto “Organização Judiciária” desenvolvido pelo Professor Paulo Batista Braga, cujo período de duração data de 30 setembro a 04 de outubro de 1986.

Quanto às atividades de pesquisa queremos destacar um projeto desenvolvido nos anos de 1985 e 1986, registradas nos relatórios destes anos, denominado “Imagem da Assistência Judiciária UFU”, que contava com seis professores envolvidos na coordenação e orientação dos alunos. Nessa pesquisa foram realizados entrevistas com aplicação de instrumentos diagnósticos dos estagiários, funcionários e clientes da ASJUD, juízes, promotores e serventuários da justiça, elaboração de Layouts para codificação dos instrumentos aplicados.

Interessante perceber a existência de um projeto de pesquisa, desenvolvidos por mais ou menos dois anos cujo objetivo é auferir qual a representação da escola na sociedade acadêmica, na comunidade uberlandense e para o Poder Judiciário. A preocupação com a boa imagem da instituição é algo que vamos encontrar desde os primeiros registro em 1969 até o marco final desta pesquisa, o Diretor da Faculdade de Direito, os Diretores da ASJUD desde a criação praticam atos que buscam sempre exaltá-la. Atribuímos parte dessa preocupação ao envolvimento político do Diretor da Faculdade de Direito, que se preocupava sobremaneira com o vulto das escolas sob sua guarda. No capítulo II esclarecemos toda movimentação política para criação da Faculdade e mais tarde da ASJUD, não sendo estranho que dezessete anos após sua criação discurso do sucesso, do aluno exemplo, da escola modelo tivesse sido incorporado ao ideário institucional.

Não somente esse projeto demonstra a preocupação com a imagem de Assistência Judiciária, citamos algumas linhas acima da palestra proferida por Jacy de Assis no segundo semestre de 1985 “A Escola Processual do Triângulo Mineiro”, onde a

Faculdade de Direito da UFU é exaltada como referência para o estudo e produção científica no ramo do Direito Processual Civil, discurso que perdura até os dias de hoje.

Por fim, os alunos eram também preparados para comparecerem em audiência em reuniões prévias com advogados responsáveis e no dia designado deveriam comparecer no local designado pelo Juiz da Vara onde tramitava o processo. Devendo o estagiário preparar relatório da audiência assistida ou que participou devidamente assinada pelo advogado e por membro do Poder Judiciário.

Os acadêmicos eram submetidos a constante avaliação pelos professores e advogados, cujo caráter era tanto qualitativo quanto quantitativo. Na primeira vertente dava-se pela análise do desempenho na execução das atividades ao aluno designado e no segundo sentido pela capacidade de desenvolver com qualidade o maior número de atividades designadas.

Afirma a Diretora no Relatório de Atividades de 1981, p. 04 (anexo11) que:

Quarenta e sete alunos de 7º a 10 períodos do Curso de Direito, freqüentando o Curso de Estágio Supervisionado de Direito inscreveram-se para o exercício do estágio na Assistência Judiciária durante o ano letivo de 1981, tendo avaliado suas atividades, segundo seu desempenho, somente aqueles cuja freqüência foi igual ou superior a 200 (duzentas) horas.

Desta forma, somente eram avaliados no Curso de Estágio de Direito da Assistência Judiciária aquele que obtivesse freqüência mínima de 200 (duzentas) horas. Aqueles que não obtinham tal freqüência eram reprovados aquele ano letivo, podendo inscrever-se novamente no ano seguinte para completar as horas/atividades.

De acordo com o desempenho era atribuída ao aluno pontuação aplicada na disciplina de estágio, se sua atuação era adequada obtinha indicação para ser monitor na próxima turma. De outra parte se sua atuação deixava a desejar a direção utilizava de seu poder de coerção para reprimir a falha.

É o que demonstra as avaliações abaixo:

O estagiário apresentou um ótimo trabalho durante todo o ano de 1977. Constante, sério, responsável, cumpridor de seus deveres e determinações internas do Departamento de Assistência Judiciária. Faz jus à nota máxima, para efeito de acréscimo nas médias totais nas disciplinas do curso de estágio. O estagiário preenche todos os requisitos necessários à indicação para monitor no ano de 1978. Conceito: ótimo. (Relatório de atividades do ano de 1977). (anexo 5)

O estagiário freqüentou o departamento até mês de setembro. Foi estagiário freqüente, procurando desempenhar a contento suas funções. Demonstrou interesse e só não desempenhou melhor trabalho, por ter dificuldade de assimilação. Tem direito a um ponto a ser acrescido à média global das disciplinas de estágio. Conceito: Bom (Relatório de atividades do ano de 1977). (anexo 5)

O estagiário foi freqüente mais deixou muito a desejar. Tinha relutância em aceitar a orientação dos monitores e muita vez, contrariou as indicações recebidas. Seu trabalho não apresentou rendimento, sendo que inúmeros ficaram por terminar, malgrado insistentes pedidos para que desse andamento aos mesmos, uma vez que não estaria no Departamento no ano de entrante. O estagiário não merece qualquer nota de aproveitamento a beneficiar as médias globais das disciplinas de estágio. Conceito: Péssimo. (Relatório de atividades do ano de 1977). (anexo 5)

Sob os mesmos critérios, quais sejam, produção, qualidade, assiduidade, comprometimento, extraídos da análise das avaliações eram aplicadas advertências, exemplo do conteúdo das mesmas, vamos encontrar no ano de 1978.

Pela presente, vimos adverti-lo de que caso transgrida novamente o artigo 3, I da portaria da 42/77, será suspenso de suas atividades neste Departamento pelo prazo de 30/60 dias, podendo em caso de reincidência, ser excluído do quadro de estagiários. (anexo 9)

Extrai-se daí que o acadêmico era acompanhado todo tempo, a aprendizagem e avaliação davam-se concomitantemente, os professores detinham poder de controle das atividades executadas pelos alunos.

É fato que nesse período compreendido entre 1978 e 1988 os alunos formados no curso de estágio possuíam sólida formação, saindo da ASJUD preparados de fato para vida profissional.

Encerrado esse período de um ano de intensas atividades o egresso da ASJUD conseguia facilmente colocação no mercado de trabalho, seja como advogado, seja como magistrado, promotor de justiça ou mesmo como professor na própria ASJUD como foi o caso do Prof. Francisco Rodovalho de Sousa, Roberto Santana, dentre outros.

Entretanto não podemos esquecer que nos primeiros anos da Ditadura Militar era extremamente confortável manter sob controle um cidadão ordeiro e disciplinado que não questionariam o sistema.

Diante do exposto no capítulo III, perante a apreciação do *copus* documental apresentado chega-se a ilação de que a escola passa de fato de um período pragmático, sem muita preocupação com as práticas pedagógicas, que delimitamos entre 1969 até 1977. Escolhemos o ano 1978 como marco inicial de nossa pesquisa respaldada na documentação explorada nesse capítulo que demonstra que deste ano até 1988 a ASJUD sofre constantes modificações no universo acadêmico implementado práticas pedagógicas que vão qualifica-la como escola.

Nossa opção por encerrar a pesquisa em 1988 pauta-se em novas modificações na rotina escolar, havendo a partir daí mudanças na administração e nas práticas pedagógicas. A instituição toma novos rumos que ensejam um novo estudo, que continuará este trabalho.



# CONCLUSÃO

Quando escolhemos pesquisar a história da Assistência Judiciária da Universidade Federal de Uberlândia acreditávamos que as documentações existentes nos arquivos atuais da instituição seriam suficientes para ‘contar’ a história dessa instituição educativa.

Como foi esclarecido, nossa opção deu-se em razão de termos sido professora orientadora, no regime de professora substituta nos anos de 2003 e 2004, oportunidade em que conheci parte de sua história de sua trajetória por meio de narrações esparsas de alguns funcionários que trabalham, documentos e alguns recortes de jornais.

Contudo, desejando aprofundar-me descobri que inexistia qualquer registro sistemático de sua história e que pouca preocupação havia nesse sentido.

Iniciada formalmente nossa pesquisa como aluna integrante do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na área de concentração de história e historiografia da educação, descobrimos que a documentação, hoje existente nos arquivos da instituição não contemplavam o período pesquisado, qual seja de 1978 a 1988.

Perante essa constatação nos vimos diante de um problema de ordem metodológica. Como seriam colhidos dados acerca da história dessa instituição educativa se não tínhamos documentos que pudessem ser fontes diretas para nossa pesquisa?

Mediante este entrave que optamos pelo método do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg e pela adoção dos conceitos e categorias de análise apresentados pelo mesmo autor em *o Queijo e os Vermes*.

Tal referência acrescida do o legado de Justino Magalhães acerca da questão metodológica da história das instituições escolares passou a responder perfeitamente às exigências na captação de dados dessa natureza.

De tal modo que surgia um novo desafio, onde encontrar indícios da história escolar sendo que o local que se apresentava mais óbvio não possuía documentos da natureza que precisávamos? Imediatamente recorremos ao acervo da Faculdade de Direito – UFU, que infelizmente, não possuía documentos que apresentassem registros do período pesquisado e ignorava o seu destino, uma vez que como foi salientado no Capítulo II deste trabalho a ASJD foi parte integrante da administração da Faculdade de Direito de 1969 até

a criação da UFU quando passa ter administração própria. Essa pesquisa tem seu marco inicial exatamente no ano de 1978.

Após algumas tentativas infrutíferas tivemos a felicidade de encontrar no Arquivo Geral da Universidade – DIDOC/UFU os relatórios de atividades anuais que contêm o registro das atividades pedagógicas desenvolvidas na ASJUD.

Mais do que esperávamos localizamos documentação desde a criação da escola até o marco final de nossa pesquisa. Compreendendo aí algumas atas, ofícios, cartas e os relatórios de atividades que continham matrículas de alunos as práticas pedagógicas desenvolvidas, os docentes, funcionários administrativos, processos judiciais iniciados pelos alunos.

Passamos à catalogação e percebemos que o documento que trazia indícios mais contundentes acerca da história institucional, eram de fato os relatórios de atividades por conterem dados de diferentes componentes do cotidiano escolar. Assim, catalogamos tais relatórios de 1969 á 1988.

De se ressaltar, que mais tarde descobrimos alguns desses relatórios publicados na Revista do curso de Direito, bem como, fomos informados no Centro de Documentação Histórica da UFU, que ali consta um acervo de documentos e fotos da ASJUD. Sendo os primeiros exatamente alguns relatórios de atividades.

Por fim optamos por trabalhar com os relatórios de atividades originais encontrados no Arquivo Geral da Universidade.

Utilizando a opção teórico-metodológica já referida, pudemos começar a levantar indícios, sinais de fatos que compunham a história dessa instituição escolar.

Desta forma, utilizando os relatórios e de alguns textos publicados da na Revista do Curso de Direito e do relato de alguns memorialistas como fontes subsidiárias, no capítulo II demonstramos como foi criada a Faculdade de Direito e quais interesses motivam a criação da Assistência Judiciária.

Nesse sentido, resta explicita a ilação de que a ASJUD não apenas um gesto de pioneirismo e amor ao ensino, mas também um ato político que atendia aos interesses do Governo Militar, do qual os mentores da ASJUD e dirigentes da Faculdade de Direito eram simpatizantes.

Não podendo ignorar que a intenção do Estado Militar de interiorizar as universidades e controlar o movimento estudantil se dá por meio da Lei 5.540 de 1968 que implanta a Reforma Universitária.

O ano que início da vigência da lei que regulamenta a Reforma Universitária é exatamente o ano anterior a criação da ASJUD em maio de 1969. Enfim, cria-se uma instituição que alia ensino, prática, pesquisa e extensão universitária, alguns dos pressupostos da Lei 5.540/68.

Os universitários são mantidos no interior do país onde são mais facilmente controlados pelo poder local e cursam a faculdade de Direito recebendo uma boa dose de civismo a serviço do Estado Militar, transformado-se no cidadão ordeiro e devotado às leis, modelo aos demais indivíduos da comunidade.

Compreendida a gênese institucional mais um desafio se nos afigurava, o de compreender a dinâmica do cotidiano escolar, como olhar a escola por dentro e de dentro para fora, já que, partir do contexto macro para o micro já havíamos feito.

Necessitávamos agora de perceber as nuance do convívio entre a escola e aluno e vice-versa, a relação do aluno com o estágio, sua frequência às atividades, seu envolvimento, suas preferências em razão das áreas e conteúdos manejados no estágio, quem eram os professores, os dirigentes, os funcionários administrativos, quais cargos existiam e sua função. Enfim como funcionava a escola e qual era o seu papel para os que a vivenciavam e para comunidade uberlandense.

Tínhamos todos os indícios apontados pelos documentos, mas precisávamos interpreta-los, foi então que conhecemos o resultado da pesquisa de Ane- Marie Clare em **Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na Escola Primária.**

Neste estudo a autora narra sua experiência ao compreender o cotidiano escolar e suas representações a partir da análise do registro dos alunos nos fichários e cadernos. A partir dali é possível levantar as práticas pedagógicas adotadas, como se davam, quais os sentimentos dos alunos a respeito das mesmas.

Importante lembrar que esses dispositivo, no caso os fichários e os cadernos não possuíam um autor específico, ele destinava-se ao registro das atividades escolares. Nessa mesma orientação foram criados os Relatórios de Atividades da Assistência Judiciária UFU.

Os Relatórios de Atividades da Assistência Judiciária - UFU, a princípio seguiam um padrão acerca dos dados que deviam conter e posteriormente passou a constituir um impresso que também possuíam a informações padrão a serem observadas no decorrer do ano letivo.

Esses relatórios contêm um padrão no registro das atividades acadêmicas, apresentado na seguinte ordem os seguintes dados:

- a) A administração, quais eram seus membros e normalmente alguns relatos do diretor acerca das atividades empreendidas naquele ano em registro. Normalmente nesses discursos era exaltada a imagem da escola, com verificamos no Capítulo III deste estudo.
- b) Docentes: quem eram e quais suas funções, advogados, professores de estágio, professores orientadores.
- c) Discentes: quantos e quais eram os alunos matriculados por turma.
- d) As práticas: atividades desenvolvidas no ano eram registradas em atendimentos, consultas, reuniões (aulas teóricas), audiências, pesquisa, extensão universitária e seminários/ palestras/ ciclos de estudos.

Consta dos relatórios ainda, a frequência dos alunos e quantas e quais as ações processuais iniciadas pelos alunos.

Considerando esses dados fizemos a análise do cotidiano escolar com o objetivo de perceber a instituição a partir de uma visão micro, mas multidimensional. Nesse sentido elegemos três conceitos a serem estudados, quais sejam os docentes, os discentes e as práticas pedagógicas.

Dessa análise é possível extrair algumas conclusões considerando os objetivos dessa pesquisa. Primeiro, de fato a ASJUD pode ser definida no período estudado como uma instituição escolar que tinha como fim a formação prática do acadêmico por meio do estágio supervisionado e de outras atividades suplementares, mas não menos importantes na formação profissional, como o aprendizado teórico, a pesquisa e a extensão. Contando com a presença de membros da sociedade como palestrantes (Juizes, advogados, professores de outros institutos).

A avaliação dos alunos era constante, tendo caráter qualitativo e quantitativo e qualitativo, na medida que os alunos somente obtinham o certificado de conclusão caso obtivesse cem horas de frequência nas atividades da ASJU e caso o desenvolvimento de suas atividades obtiveram a qualidade estabelecida pelo professor que corrigiam todas as peças processuais confeccionadas pelo aluno. Além do que seu comportamento era avaliado a todo o instante, levando em conta seu comprometimento, postura perante os colegas e o público, dentre outros itens.

As atividades desenvolvidas eram variadas e intensas, contando com aulas teórica, atendimentos a casos reais, audiências, pesquisa, extensão, palestras, seminários, ciclos de estudos. Possibilitando ao que parece um aprendizado o mais completo possível se considerarmos as habilidades práticas de um profissional da carreira jurídica.

A noção de pesquisa de e extensão universitária parece um pouco deslocado real conceito, sendo que era considerando extensão uma viagem a Brasília para conhecer alguns Tribunais (Relatório de Atividade de 1986, 2º semestres, p. 12).

A Assistência Judiciária era realmente tida em alta conta pelo público uma vez que os números apontam enorme quantidade de feitos judiciais patrocinados pela escola. Corroborando a informação de que no período em estudo a instituição era responsável por 80 % da demandas da Comarca.

A instituição preocupava-se muito com sua representação na sociedade que a abriga, tanto que, promoveu por dois anos um projeto de pesquisa intitulado “A imagem da Assistência Judiciária-UFU” (Relatório de Atividade de 1986, 2º semestres, p. 12).

A hipótese de que no período de 1978 a 1988 foi o mais fértil do ponto de vista educacional, em sua historia parece ter se confirmada uma vez que quando tratamos da gênese institucional observamos que no período compreendido entre 1969 e 1977 tinha como maior foco a prática jurídica, sem muita reflexão pedagógica.

A partir de 1988 a Assistência Judiciária inaugura um novo período de sua história, com uma movimentação política importante na Universidade e no país que termina por comprometer a administração da escola e suas ideologias, refletindo diretamente no cotidiano escolar que sofre intensas modificações.

Esse ano pode ser considerado como um marco de uma nova era a ser pesquisada pela história das instituições escolares, por possuir característica próprias destoantes dos períodos anteriores, carecendo de esforço de pesquisa exclusivo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude, *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

BODON & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico e sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Ática 2000.

BURKE, Peter. Org. *A escrita da história. Novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. *Schola Mater : a antiga escola normal de São Carlos*. São Carlos: EDU FS Car, 1.996.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHATIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Annales. Nº 6, 1990

\_\_\_\_\_. Introdução. In: *A história cultural*. Lisboa, Difel, 1990.

CHATIER, Ane-Marie. *Um dispositivo sem autor*. Revista Brasileira de história da educação. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2002.

CUNHA, Antônio Luiz. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, L. A. *A Universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves. 1988.

\_\_\_\_\_. *A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída*. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas (FCC). São Paulo: FCC, nº101, pp.20-49; julho/1997.

FÁVERO, M. L. **Universidade e Poder** – Análise Crítica, Fundamentos Históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÁVERO, O. (org.). *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERRATER MORA, José, *Dicionário de filosofia*, tomo II. Buenos Aires: Sudamerica, 1971.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. *Cidadania e educação no Brasil*, Revista on-line do Revista HISTEDBR, nº 21, 2006, acessado em 15/10/2006

GERMANO, José Willington *Estado Militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes*. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986/2004.

\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1989.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Monografia nos Cursos de Graduação*, 3ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

MAGALHÃES, Justino. *Comunicação: Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo*. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade de Minho, 1999.

MAGAHAES, Justino. *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Editora Universitária São Francisco, CDAPH, Bragança Paulista: 2004.

MAGALHÃES, J. P. *Breve apontamento para a História das Instituições Educativas*. In: SANFELICE, J. L. e outros (orgs.). *História da Educação. Perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: HISTEDBR/Autores Associados, 1999, pp. 67-72.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *UFU: a dinâmica de uma história. Fragmentos, imagens memórias*. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero, *História da educação: da Antigüidade aos nossos dias*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

NEVES, L.M. W. (org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.

NOGUEIRA, F. M. G. *Ajuda externa para a educação brasileira. Da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Esta história que chamam micro”. IN: GUAZZELLI, C. A. B., PETERSEN, S. R. F., SCHMIDT, B. B., XAVIER, R. C. (organizadores) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.



REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da história local?. Artigo publicado em [www.historialocal.com.br](http://www.historialocal.com.br), acessado em 25.10.2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional/Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

SEVERINO.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central. História da Criação do Município de Uberlândia*. Vol. I, Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda, 1970.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central. História da Criação do Município de Uberlândia*. Vol. II, Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda, 1970.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história. Os protagonistas anônimos da história*. Ed. Campus.

VIEIRA, S. L. *O (dis)curso da (re)forma Universitária*. Fortaleza: Ed.UFC/PROED, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Discurso sobre a Universidade nos Anos 80*. In: Revista Educação Brasileira. Brasília, 13 (26):147-159; 1º sem./1991.



## **ANEXOS**

**ANEXO 01** – Ilustração – Foto da Fachada da Sede provisória da Faculdade de Direito.

**ANEXO 02** - Relatório de Atividades do ano de 1969

**ANEXO 03** - Ilustração – Foto da Fachada da Assistência Judiciária

**ANEXO 04** - Ofício nº 547/69 – Remetente: Secretário do Interior do Governo do Estado de Minas Gerais.

**ANEXO 05** - Relatório de Atividades do ano de 1977

**ANEXO 06** - Ilustração – Foto: Jacy de Assis e Jarbas Passarinho

**ANEXO 07** - Ilustração – Foto: Jacy de Assis e General Costa e Silva

**ANEXO 08** - Ilustração – Foto: Parada Cívica - alunos do Curso de Direito.

**ANEXO 09** - Relatório de Atividades do ano de 1978

**ANEXO 10** - Relatório de Atividades do ano de 1979

**ANEXO 11** - Relatório de Atividades do ano de 1981

**ANEXO 12** - Relatório de Atividades do ano de 1983

**ANEXO 13** - Relatório de Atividades do ano de 1984

**ANEXO 14** - Relatório de Atividades do ano de 1985

**ANEXO 15** - Relatório de Atividades do ano de 1986

**ANEXO 16** - Ilustração – Foto: Aula na ASJUD

**ANEXO 17** - Ilustração – Foto: atendimento/estágio ASJUD



# **FONTES DE PESQUISA**

## **1. Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia**

Relatório de Atividades de 1969.

Relatório de Atividades de 1970.

Relatório de Atividades de 1971.

Relatório de Atividades de 1972.

Relatório de Atividades de 1973.

Relatório de Atividades de 1974.

Relatório de Atividades de 1974.

Relatório de Atividades de 1975.

Relatório de Atividades de 1976.

Relatório de Atividades de 1977.

Relatório de Atividades de 1978.

Relatório de Atividades de 1979.

Relatório de Atividades de 1980.

Relatório de Atividades de 1981.

Relatório de Atividades de 1982.

Relatório de Atividades de 1983.

Relatório de Atividades de 1984.

Relatório de Atividades de 1985.

Relatório de Atividades de 1986.

Relatório de Atividades de 1987.

Ofício nº. 547/69 – Remetente: Secretário do Interior do Governo de Minas Gerais.

## **2. Coleção Memória da UFU – Centro de Documentação Histórica da UFU**

## **3. Revista do Curso de Direito nº. 10, Uberlândia: Edufu, 1981, vol. 1 e 2.**

- 4. Revista do Curso de Direito nº. 11, Uberlândia: Edufu, 1981, vol. 1 e 2.**
- 5. Revista do Curso de Direito nº. 12, Uberlândia: Edufu, 1981, vol. 1 e 2**

## **ANEXO 1**









## **ANEXO 2**



Uberlândia, 18 de dezembro de 1969.

Sr. Diretor:-

Na qualidade de Chefe do Departamento de Assistência Judiciária, restabelecido em setembro último por esta Faculdade, cumpro o dever de passar às mãos de V. Exa., o Relatório das atividades do aludido Serviço.

PERIODO

Como é de seu conhecimento, iniciamos nossa atividade no primeiro dia do mês de setembro do corrente ano, o que, até a presente data, representa um período relativamente curto para que se pudesse atingir o máximo de atendimento e aproveitamento. Entretanto todas as pessoas que nos procuraram foram convenientemente atendidas.

SOLICITADORES

Funcionaram no período acima, na Assistência Judiciária, os seguintes alunos do 5º ano, todos Solicitadores e inscritos na O.A.B.-

- 1- Décio Vieira de Souza
- 2- Amin Ferreira Teyman
- 3- Irineu Silva
- 4- Maria Antonieta Rios Sales
- 5- Iracema Mendes Melo

É de se louvar o trabalho desenvolvido pelos citados alunos, que jamais mediram sacrifícios para atender com o máximo de interesse aqueles que procuraram justiça através o Departamento.

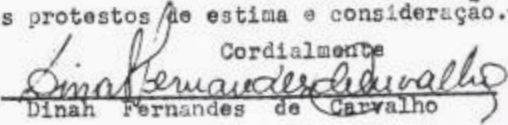
Outros desejaram trabalhar conosco, não o fazendo pelo fato de não estarem munidos de suas carteiras de Solicitadores. Há, contudo muito entusiasmo de sua parte, e expectativa de que para o próximo ano o número de alunos que prestarão serviços no Departamento seja, consideravelmente aumentado.

ACÕES AJUIZADAS

Durante o curto lapso de mais ou menos 4 meses de funcionamento, foram ajuizadas 35 ações diferentes e outras 36 resolvidas, amigavelmente, no Escritório da Assistência, conforme quadros demonstrativos anexos.

Esperando haver correspondido à confiança de V. Exa., aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.-

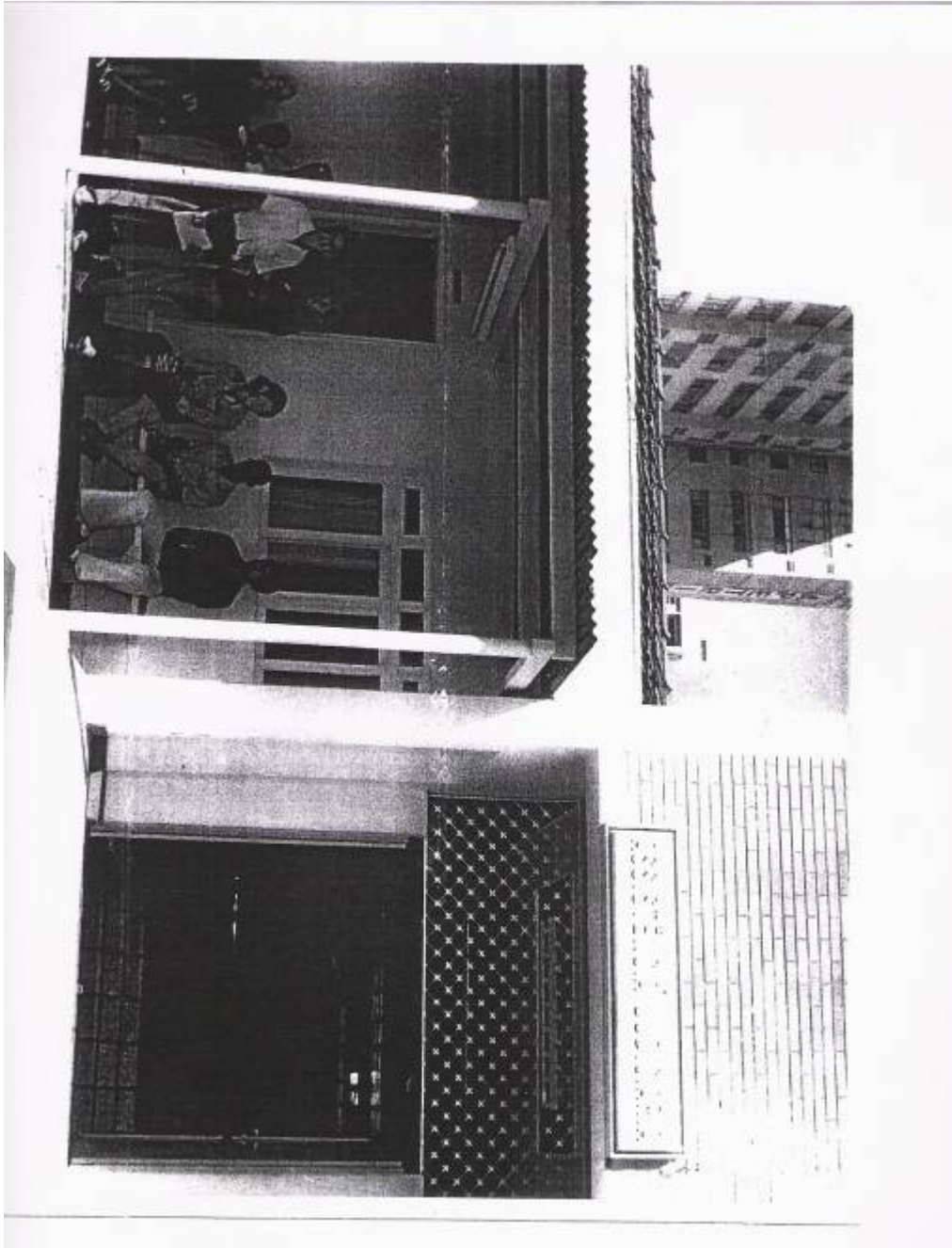
Cordialmente

  
Dinah Fernandes de Carvalho

Ao Exmo. Dr.  
Jacy de Assis  
M.D. Diretor da Faculdade de Direito da  
Universidade de Uberlândia



## **ANEXO 3**





## **ANEXO 4**





ESTADO DE MINAS GERAIS  
GABINETE DO SECRETÁRIO DO INTERIOR

OFÍCIO Nº 547/69 - Gab.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 1969.

Senhor Diretor.

Acusando o recebimento do ofício de 27 de outubro último, agradeço-lhe a gentileza da comunicação que me faz, louvando a iniciativa, que merece todos os aplausos. É, na verdade, magnífica colaboração com o Governo e, mais do que isso, notável empreendimento cultural em favor do Direito.

Peço receber minhas felicitações e estendê-las à Dr<sup>a</sup> Dinah Fernandes de Carvalho.

Sirvo-me do ensejo para renovar-lhe o testemunho de meu apreço e consideração.

*João Franzen de Lima*  
( JOÃO FRANZEN DE LIMA )

Secretário do Interior e Justiça.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Professor Jacy de Assis,  
Digníssimo Diretor da Faculdade de Direito de  
UBERLÂNDIA = MG

/Mpl.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO DE MINAS GERAIS  
13.ª SUB-SEÇÃO  
UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS

Of. nº. 38/70

Ref: Faz comunicação.

Prezada colega:-

É com grande satisfação que levo ao conhecimento de V. S. ter sido aprovado, em sessão ordinária da 13ª Sub-seção, realizada no dia 16.09.70, no Fórum local, Sala dos Advogados, e constado de ata, por unanimidade dos presentes, um voto de louvor pelos meritórios serviços que V. S. vem emprestando à frente da - Assistência Judiciária, sob sua segura direção.

Sobre ser justo, ao reconhecermos o mérito, o fizemos em atendimento ao esforço diligente e brilhante de V. S., - sobretudo, assistindo aos alunos na árdua tarefa de adquirir a prática necessária para as lides forenses, bem como, no atendimento àqueles que necessitam do amparo jurídico para postularem o direito.

Assim, queira receber o voto de louvor que V. S. fez já pelos relevantes serviços prestados à 13ª Sub-seção, à Faculdade de Direito e seus alunos, e à comunidade de Uberlândia.

Reitero os votos externados, sem outro assunto, no momento, subscrevo-me

A T E N C I O S A M E N T E

*Natal Felice*  
Natal Felice - Secret.

Da 13ª Sub-seção da  
Ordem dos Advogados do Brasil,  
Seção de Minas Gerais,  
à Exma. Srta.  
Dr. Diná Fernandes de Carvalho,  
DD. Diretora da Assistência Judiciária.  
Em 21 de setembro de 1970.

## **ANEXO 5**



*Termo de guarda*

<u>SUPRIMENTO JUDICIAL DE CONSENTIMENTO</u> .....	02
<u>TUTELA</u> .....	02
<u>TRADUÇÃO JUDICIAL DE DOCUMENTO</u> .....	01
<b>T O T A L:</b> .....	<b>140</b>

No mesmo período foram atendidas 368 (novecentas e sessenta e oito) pessoas que pela primeira vez compareceram ao Departamento.

24 (vinte e quatro) mandados foram encaminhados ao Serviço de Identificação da Secretaria da Segurança Pública de Minas Gerais, para suprimento de identidade.

Além dos números computados, o Departamento prestou inúmeros serviços de natureza diversa, sempre procurando da melhor maneira possível orientar àquelas que nos procuraram para uma solução judicial ou extra-judicial de seus problemas.

Uberlândia, 30 de junho de 1977

*Aparecida Monteiro de Jesus*  
 Aparecida Monteiro de Jesus - Secretária

**VISTO:**

*Celso de Souza Queiroz Junior*  
 CELSO DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR - Chefe do Depto

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins que se fizerem necessários que BERNINA MARIA DA CONCEIÇÃO, compareceu como estagiária do Departamento de Assistência Judiciária da Universidade de Uberlândia (FACULDADE DE DIREITO), durante o período compreendido entre 10/01/77 a 09/12/77, diariamente e, horário regulamentar de atendimento, qual seja de 13 as 15 hs.

Por ser verdade, firmamos a presente em duas vias de igual teor e forma.

Uberlândia, 09 de dezembro de 1.977.

\_\_\_\_\_  
Dra. Bernina M.R.S. Ribeiro,  
Dfca. Dep. de L.J. da U.B.U.U.



## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

ALÉM DOS ESTAGIÁRIOS COM RELATÓRIOS DETALHADOS COM REFERÊNCIA PRINCIPALMENTE, AO SEGUNDO SEMESTRE, O DEPARTAMENTO CONTINUA AINDA COM OS SEGUINTE ESTAGIÁRIOS QUE, POR TEREM FREQUENTADO APENAS O PRIMEIRO SEMESTRE, NÃO TÊM RELATÓRIOS A APRESENTAR NA PRESENTE OPORTUNIDADE.

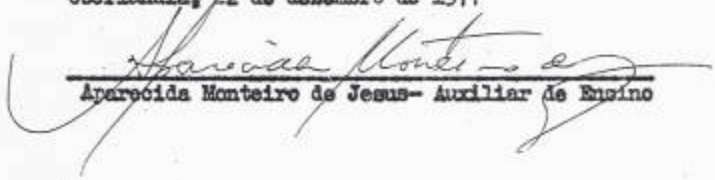
### ESTAGIÁRIOS:

- 1) JOAQUIM DE SALES MONTEIRO- 4º ano do Curso de Graduação e 1º de Estágio
- 2) DILENE CARNEIRO FREIRE- 5º ano do Curso de Graduação e 2º de Estágio
- 3) MAILDES PEREIRA PENA- 4º ano do Curso de Graduação e 1º ano de Estágio
- 4) CÍCERO TEIXEIRA BORGES- 4º ano do Curso de Graduação e 1º ano de Estágio

### OBSERVAÇÃO:

A estagiária DILENE CARNEIRO FREIRE, faz jus a meio ponto a ser acrescido à média global do Curso de Estágio. Os demais, não têm merecimento algum.

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus- Auxiliar de Ensino

RELATÓRIO DOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO/77

FRANCISCO RODOVALHO DE SOUSA - 4º SÉRIE.

Nº DE PRESENCAS . . . . .	28
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS . . . . .	13
SOLUÇÕES JUDICIAIS. . . . .	04
SOLUÇÕES AMIGÁVEIS. . . . .	08
APENAS ORIENTAÇÃO . . . . .	05
REQUERIMENTOS P/ RETIFICAÇÃO E REGISTROS. . . . .	07
CLIENTES QUE NÃO VOLTARAM . . . . .	06

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA  
FACULDADE DE DIREITO DE UBERLÂNDIA

O DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA, CUJAS DEPENDÊNCIAS SITUAM-SE NO FÓRUM ABELARDO PENNA - PALÁCIO DA JUSTIÇA, NA SALA REITOR GLASTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO, APRESENTA RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE AGOSTO E 30 DE DEZEMBRO DE 1977, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO:

ACÕES AJUIZADAS

ACORDO DE ALIMENTOS.....	16
AÇÃO DE ALIMENTOS.....	16
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....	02
AÇÃO DE REAJUSTE DE ALIMENTOS.....	02
ADJUDICAÇÃO COMPOSÓRIA .....	00
ADMISSÃO EM INVENTÁRIO .....	01
ALVARÁ .....	03
ANULATÓRIA .....	01
ARROLAMENTO .....	09
AUTORIZAÇÃO JUDICIAL .....	11
BUSCA E APREENSÃO .....	02
CONTESTAÇÃO DESQUITE .....	01
CONTESTAÇÃO EXECUTIVA .....	01
CURATELA .....	02
DECLARATÓRIA INCIDENTAL .....	01
DESPEJO .....	01
DESQUITE AMIGÁVEL .....	10
DESQUITE JUDICIAL .....	10
DESTITUIÇÃO DE PÁTRIO PODER .....	03
DISPENSA DE SERVIÇO MILITAR .....	31
EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA .....	03
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO .....	01
EXTINÇÃO DE USUPRUTO VITALÍCIO .....	01
HABEAS CORPUS .....	01
HOMOLOGAÇÃO DE ADOÇÃO .....	01
INDENIZAÇÃO .....	01

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA JUDICIARIA  
 FACULDADE DE DIREITO DE UBERLÂNDIA

INQUERITO ADMINISTRATIVO .....	01
INTERDIÇÃO .....	06
INVENTÁRIO NEGATIVO .....	00
INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE .....	01
JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL .....	10
MANDADO DE SEGURANÇA .....	05
MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA .....	02
OUTORGA JUDICIAL DE CONSENTIMENTO .....	02
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA .....	02
RECONHECIMENTO FILHO ILEGITIMO .....	01
RECURSOS .....	01
REGISTRO CIVIL .....	05
REPRESENTAÇÃO .....	06
RETIFICAÇÃO NA CERTIDÃO DE ÓBITO .....	09
RETIFICAÇÃO NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO .....	16
RETIFICAÇÃO DE NOME EM ESCRITURA .....	01
RETIFICAÇÃO EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA .....	06
TERMO DE GUARDA .....	47
TUTELA .....	09
TOTAL .....	260

Nesse mesmo período foram atendidas 1.098<sup>3</sup> (Um mil e noventa e oito) pessoas que, pela primeira vez, procuraram o Departamento.

\* Foram encaminhados ao Serviço de Identificação da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, 3<sup>2</sup> (três) mandados, para suprimento de identidade.

Além desses números computados, o Departamento prestou serviços dos mais diversos, sempre no intuito de melhor ajudar a coletividade menos favorecida, orientando e resolvendo problemas, com soluções judiciais ou extra-judiciais.

Continua

Somando-se as atividades realizadas no primeiro e segundo  
semestres de 1977, temos a seguinte discriminação:

Ações ajuizadas:	400
Audiências realizadas:	93
Clientes atendidos:	2.066
Soluções amigáveis:	1.556

Uberlândia, 14 de abril de 1978

MARIA LEONOR DINIZ DE OLIVEIRA

Secretária

Visto

DJANIRA MARIA RADAMES DE SÁ RIBEIRO

Chefe do Departamento

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE /1977

Estagiário: FRANCISCO RODOVALHO DE SOUSA

4º ano do Curso de Graduação - 2º ano de Estágio

### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 82  
nº de atendimentos: 74  
nº de soluções judiciais: 23  
nº de soluções amigáveis: 25  
nº de consultas: 28

### AVALIACÃO:

O estagiário apresentou um ótimo trabalho durante todo o ano de 1977. Constante, sério, responsável, cumpridor dos deveres e determinações internas do Departamento de Assistência Judiciária. Faz jus à nota máxima, para efeito de aréscimo nas médias totais das disciplinas do Curso de Estágio.

O estagiário preenche os requisitos necessários à indicação para MONITOR no ano de 1978.

CONCEITO: ÓTIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Sousa - Auxiliar de Ensino

*Observações*

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES- 2º SEMESTRE/ 1977

Estagiário: OSVALDO VIEIRA DA SILVA

- 4º ano do Curso de Graduação- 1º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 27

Nº de atendimentos: 25

Nº de soluções judiciais: 4

Nº de soluções amigáveis: 8

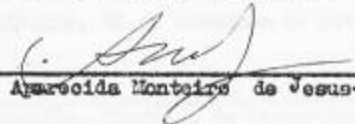
Nº de soluções, digo, de consultas: 10

\* AVALIACÃO: O estagiário frequentou o Departamento até o mes de setembro. Foi estagiário frequente, procurando desempenhar a contento suas funções. Demonstrou interesse e só não desempenhou melhor trabalho, por ter dificuldades de assimilação.

Tem direito a UM (1) ponto a ser acrescido á média global das disciplinas do Curso de Estágio.

CONCEITO: BOM

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus- Auxiliar de Ensino

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 2º SEMESTRE / 1977

Estagiário : WILSON DE ALMEIDA

5º ano do Curso de Graduação - 2º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 27

Nº de atendimentos: 17

Nº de soluções judiciais: 4

Nº de soluções amigáveis: 3

Nº de consultas: 6

#### AVALIACÃO:

X O estagiário frequentou assiduamente o Departamento, até o mês de setembro, quando por motivos particulares teve de deixar a Assistência Judiciária. Desempenhou a contento suas funções, com zelo, esforço e senso de responsabilidade, merecendo portanto, os dois pontos acrescidos à média global do Curso de Estágio.

CONCEITO: ÓTIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus - Auxiliar de Ensino. -



## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 2º SEMESTRE / 1977

Estagiário: DERRAIR ALVES DE OLIVEIRA

5º ano do Curso de Graduação - 2º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 64  
nº de atendimentos: 44  
nº de soluções judiciais: 2  
nº de soluções amigáveis: ?  
nº de consultas: ?

AValiação: O estagiário foi frequente, mas seu trabalho deixou muito a desejar. Tinha relutância em aceitar a orientação dos monitores e muita vez, contrariou as indicações recebidas. Seu trabalho não apresentou rendimento, sendo que inúmeros ficaram por terminar, malgrado insistentes pedidos para que desse andamento aos mesmos, uma vez que não estaria no Departamento no ano entrante. O estagiário não merece qualquer nota de aproveitamento e prejudicou as médias globais do Curso de Estágio.

CONCEITO: PÉSSIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977.

  
Aparecida Monteiro de Jesus - Auxiliar de Ensino.-

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELACÃO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE / 1977

Estagiária: ZILAH QUINTA

4º ano do Curso de Graduação- 1º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 32  
Nº de atendimentos: 15  
Nº de soluções judiciais: 4  
Nº de soluções amigáveis: 4  
Nº de consultas: 7

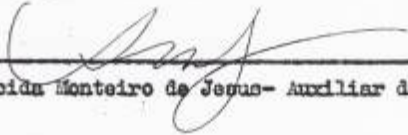
#### AVALIACÃO:

A estagiária demonstrou inicialmente muito interesse pe-  
los trabalhos, mas, depois, decepcionou pela inconstância e des-  
leixo. Frequentou o Departamento do dia 19 de agosto a 27 de se-  
tembro, digo, de outubro, quando então, inopinadamente, deixou  
\* suas atividades e trabalhos por terminar, não dando nenhuma ex-  
plicação dos motivos que a levaram ao procedimento.

A estagiária não faz jus a qualquer nota de aproveitamento para cômputo nas notas do Curso de Estágio.

CONCEITO: PÉSSIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus- Auxiliar de Ensino.-

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES- 2º SEMESTRE / 1977

Estagiário: FRANCISCO LUCAS DE SOUSA

5º ano do Curso de Graduação- 2º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:


Nº de presenças: 52  
Nº de atendimentos: 20  
Nº de soluções judiciais: 4  
Nº de soluções amigáveis: 10  
Nº de consultas: 6

#### AVALIÇÃO:

13  
x  
Com estagiário, frequentou assiduamente o Departamento no período dr. manhã. Demonstrou competência e interesse por pesquisa. Faz jus aos pontos máximos acrescidos à média global das matérias do Curso de Estágio.

CONCEITO: ÓTIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus - Auxiliar de Ensino.

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 2º SEMESTRE / 1977

Estagiário: SELMA ARAÚJO

4º ano do Curso de Graduação - 1º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 58  
nº de atendimentos: 29  
nº de soluções judiciais: 6  
nº de soluções amigáveis: 17  
nº de consultas: 6

#### AValiação:

A estagiária teve um bom desempenho. É persistente, es-  
tudiosa e educada. Boa frequência. Procurou da melhor forma pos-  
sível dar solução aos casos sob sua responsabilidade.

Merece nota máxima para acréscimo à média global das  
disciplinas do Curso de Estágio.

CONCEITO: ÓTIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Souza Auxiliar de Ensino.-

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 2º SEMESTRE / 1977

Estagiário: EVARISTO ANANIA DE PAULA

5º ano do Curso de Graduação - 2º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 69 (a partir de 2 de setembro)

Nº de atendimentos: 67

Nº de soluções judiciais: 7

Nº de soluções amigáveis: 37

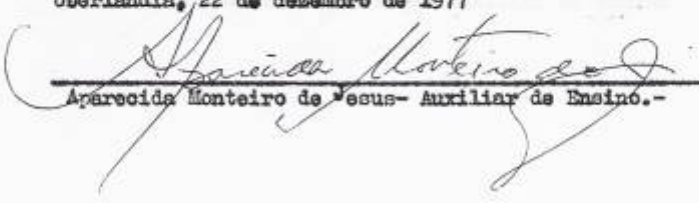
Nº de consultas: 22

AValiação: Ótimo estagiário, de grande desempenho, demonstrou muito interesse pelo estudo, atendimento e pesquisa. Educado, cumpridor dos encargos a ele confiados. No pouco tempo em que frequentou o Departamento, (cativou a amizade e confiança de todos.

O estagiário fez jus aos pontos máximos, conferidos pelo bom aproveitamento.

CONCREITO: ÓTIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus - Auxiliar de Ensino.-

## ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES- 2º SEMESTRE /1977

Estagiário: ELLANE FRANCO ZACHARIAS

5º ano do Curso de Graduação- 2º ano de Estágio

#### RELATÓRIO:

Nº de presenças: 26

Nº de atendimentos: nenhum

Nº de soluções judiciais: 2

Nº de soluções amigáveis- nenhuma

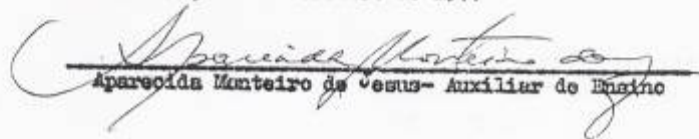
Nº de consultas- nenhuma

#### AValiação:

A estagiária não fez bom trabalho no Departamento de Assistência Judiciária, além de ser bastante desatenciosa. Frequentou o Departamento até o mês de junho e voltou no segundo semestre para término dos trabalhos. Merece meio ponto acrescido à média global do Curso de Estágio.

CONCEITO: REGULAR

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

  
Aparecida Monteiro de Jesus- Auxiliar de Ensino

## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE DE 1977

ESTAGIÁRIO:- GERALDINO PASSOS ZANETTI

1º ANO DE JURISPRUDÊNCIA - FAC. DE DIREITO DA UNIVERSIDADE

DE UBERLÂNDIA (MG)

Nº de presenças:- 09

Nº de atendimentos:- 12

Soluções judiciais:- 02

Soluções amigáveis:- 01

Consultas:- 09

AVALIAÇÃO:- No 2º semestre, o estagiário somente frequentou o Departamento durante o mês de Agosto, razão pela qual a avaliação deverá tomar por base seu trabalho durante o 1º semestre, que pode ser classificado como bom. Assim sendo, dev ter acrescido 1 (um) ponto às médias das disciplinas do Curso de Graduação

.....  
DEAFIRA MARIA ZANETTI DE  
S. I. I. O

## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES- 2º SEMESTRE DE 1977

**ESTAGIÁRIA:- BERGINA MARIA DA CONCEIÇÃO**  
**2º ANO DO CURSO DE ESTÁGIO- FACULDADE DE DIREITO DA UnU**

**Nº de presenças:- 63**  
**Nº de atendimentos:- 39**  
**Soluções judiciais:- 08**  
**Consultas:- 18**  
**Soluções amigáveis:- 05**

#### Avaliação:-

A estagiária, apesar de assídua e dedicada, encontrou grandes dificuldades quanto à elaboração dos trabalhos, dificuldades estas que, ao longo do ano letivo não puderam ser superadas. No entanto, face ao seu esforço e dedicação, merece sejam acrescidos à média total das disciplinas do Curso de Estágio, 1,5 (1 e meio) pontos.

.....  
DJANIRA MARIA RADAMES DE SÁ  
RIBEIRO



## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES- 2º SEMESTRE DE 1977**

**ESTAGIÁRIO:- EURÍPEDES DE ALMEIDA**

**2º ANO DO CURSO DE ESTÁGIO- FACULDADE DE DIREITO DA UNU**

**Nº de presenças:- 76**

**Nº de atendimentos:- 50**

**Nº de soluções judiciais:- 14**

**Soluções amigáveis:- 06**

**Consultas:- 18**

**Avaliação:-** O estagiário cumpriu com eficiência e dedicação o período regulamentar no Departamento, apresentando um saldo bastante favorável de realizações, merecendo, portanto, 02 (dois) pontos a serem acrescidos às médias totais das disciplinas do Curso de Estágio.

.....  
**DJANIRA MARIA RADANES DE SA  
RIBEIRO**

## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES- 2º SEMESTRE DE 1977

ESTAGIÁRIA:- MARIA ALICE MAURÍNO DIAS VILELA  
1º ANO DO CURSO DE ESTÁGIO- FACULDADE DE DIREITO DA UNU

Nº de presenças:- 49

Nº de atendimentos:- 35

Soluções judiciais:- 07

Soluções amigáveis:- 10

Consultas:- 15

Avaliação:- Excelente estagiária, seu trabalho foi dos mais profícuos no Departamento, face à sua dedicação ao trabalho e ao nível dos trabalhos apresentados, faz jus aos 02 (dois) pontos que deverão ser acrescidos às médias totais das disciplinas do Curso de Estágio.

.....  
DJANIRA MARIA RADAMÉS DE SÁ  
LIBEIRO

## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES- 2º SEMESTRE DE 1977**

**ESTAGIÁRIA,- EUNICE DE OLIVEIRA BATISTA**

**1º ANO DO CURSO DE ESTÁGIO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNU**

**Nº de presenças,- 43**

**Nº de atendimentos,- 28**

**Soluções judiciais,- 10**

**Soluções amigáveis,- 18**

**Consultas,-**

**Avaliação,-** Excelente estagiária, e embora não pudesse frequentar diariamente o Departamento, apresentou ótimo número de trabalhos. Eficiente e dedicada, faz jus ao acréscimo de 02 (dois) pontos às médias totais das disciplinas do Curso de Estágio.

.....  
.....  
DJANIRA MARIA RADANÉS DE  
SÁ RIBEIRO

## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES- 2º SEMESTRE DE 1977**

**ESTAGIÁRIO:- FIONANDES PINTO DE MIRANDA**

**1º ANO DO CURSO DE ESTÁGIO- FACULDADE DE DIREITO DA UNU**

**Nº de presenças:- 86**

**Nº de atendimentos:- 70**

**Soluções judiciais:- 25**

**Soluções amigáveis:- 15**

**Consultas:- 30**

**AVALIÇÃO:-** Excelente estagiário, tirou o máximo proveito da experiência realizada no Departamento. Merece, portanto, sejam acrescidos 02 (dois) pontos às médias totais das disciplinas do Curso de Estágio.

.....  
DJANIRA MARIA RADALÉS DE SÁ  
PROFESSORA

## **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES- 2º SEMESTRE DE 1977**

**ESTAGIÁRIA:- ELITE FAUSTINA DA SILVA MORAIS**  
**CURSOS DE GRADUAÇÃO E ESTÁGIO- já concluídos**

**Nº de presenças:- 88**

**Nº de atendimentos:- 77**

**Soluções judiciais:- 08**

**Soluções amigáveis:- 05**

**Consultas:- 60**

**AVALIACÃO:-** A estagiária sempre primou pela assiduidade, responsabilidade e amor ao trabalho. Caso e tivesse ainda cursando o Curso de Estágio, faria jus ao acréscimo de 02, (dois) pontos nas médias totais das disciplinas do referido curso.

.....  
**DJANIRA MARIA RADAMES DE SA**  
**RIBEIRO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977

Estagiária: MÔNICA DAS GRAÇAS QUEIROZ

Nº de atendimentos: 43  
Nº de presenças: 68  
Soluções judiciais: 13  
Soluções amigáveis: 02  
consultas: 09

AValiação

A estagiária é muito boa, responsável e capaz.  
Faz um serviço bem feito.

Preenche os requisitos para MONITORA em 1978

NOTA: 02 (dois) pontos  
CONCEITO: ÓTIMO

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo

4º ano de graduação - 1º ano de estágio

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977

Estagiária: TEREZINHA HELENA DE ALMEIDA

Nº de presenças: 62

Nº de atendimentos: 41

Soluções judiciais: 04

Consultas: 34

AValiação:

A estagiária é um pouco fraca, mas sempre demonstrou boa vontade. Pertence ao período da manhã e não tenho muito contato com ela.

NOTA: 1,5 (um ponto e meio).

CONCEITO: BOM

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo

4º ano de Graduação - 1º ano de Estágio

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977

Estagiário: EURIPEDES JOSE DIAS

4º ano de Graduação e 1º ano de Estágio - nº 380

nº de atendimentos: 55

nº de presenças: 58

amigáveis: 08

judiciais: 19

consultas: 30

AVLIAÇÃO

Excelente estagiário, sob todos os aspectos.  
Preenche os requisitos para o cargo de MONI  
TOR para 1978.

NOTA: 02 (dois) pontos.

CONCEITO: EXCELENTE

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977

Estagiário: DUEVAL CLEMENTE DE OLIVEIRA

Nº de atendimentos: 31

Nº de presenças: 22

Judiciais: 03

amigáveis: 03

consultas: 08

AVALIAÇÃO

O estagiário permaneceu no dpto. apenas por 02 meses mas fez um bom trabalho, atendendo bem e procurando es-  
tudar o assunto para resolução.

NOTA: 01 (um) ponto

CONCEITO: BOM

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martina de Assis Melo

5ª série de graduação - 2º ano de estágio

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977

Estagiário: CELSO GONZAGA SIMÕES

Nº de atendimentos: 55

Nº de presenças: 53

Soluções judiciais: 08

Consultas: 36

Amigáveis: 01

AVALIAÇÃO:

Iniciou as atividades no 2º semestre, mas fez um serviço bem feito e demonstra grandes possibilidades.

NOTA: 1,5 (um ponto e meio)

CONCEITO: BOM

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo

4º ano de graduação - 1º ano de estágio

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977

Estagiário: ROBERTO SANTANA

4º ano de Graduação - 1º ano de Estágio

RELATÓRIO

Nº de presenças: 77

Nº de atendimentos: 29

Soluções: judiciais: 10

AVALIACAO

O estagiário frequenta o período da manhã, razão pela qual não tive contacto directo com ele. Entretanto, notei que é esforçado, interessado e com grandes possibilidades.

Preenhe os requisitos para o cargo de MONITOR.

NOTA: 02 (dois) pontos

CONCEITO: Ótimo

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE/1977**

**Estagiária: MARLENE MARGONARI**

**Nº de atendimentos:** 08

**Nº de presenças:** 64

**Soluções judiciais:** 03 (tres) falta uma cópia de uma ação de alimentos ajuizada.

**AVALIÇÃO**

A estagiária tem grande dificuldade de aprendizagem, mas é muito esforçada e procurou fazer um bom trabalho. No entanto, face ao seu problema, foi restringido o seu nº de atendimentos.

**NOTA:** 1,5 (um ponto e meio)

**CONCEITO:** BCM (dentro das limitações da estagiária)

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo

4ª série de Graduação - 1º ano de estágio

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º SEMESTRE - 1977

Estagiário: SÉRGIO MONTEUET

4º ano Graduação - nº 363 - 2º ano de Estágio

RELATÓRIO

Nº de presenças: 65

Nº de atendimentos: 59

Soluções judiciais: 12

Soluções amigáveis: 04

Consultas: 38

AValiação

O estagiário iniciou suas atividades no Dpto. nesse semestre, e desde o início revelou-se excelente sob todos os aspectos.

O estagiário preenche os requisitos necessários à indicação para MONITOR para o ano de 1978.

NOTA: 02 (dois) pontos

CONCEITO: EXCELENTE

Uberlândia, 22 de dezembro de 1977

Martha de Assis Melo